

**Thiago Mazucato**  
**Vera Alves Cepêda**  
(Orgs.)

# A Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim

*Teoria, Método e Aplicação*

Amália Barboza  
Herbert Marcuse  
Bryan S. Turner  
Alejandro Blanco  
Thiago Mazucato  
Vera Cepêda  
Milton Lahuerta

**Thiago Mazucato**  
**Vera Alves Cepêda**  
(Orgs.)

# **A Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim**

*Teoria, Método e Aplicação*

Amália Barboza  
Herbert Marcuse  
Bryan S. Turner  
Alejandro Blanco  
Thiago Mazucato  
Vera Cepêda  
Milton Lahuerta

*Copyright © 2018 by Thiago Mazucato & Vera Cepêda*

*Copyright © Herbert Marcuse by Peter Marcuse*

*Copyright © Bryan S. Turner by SAGE*

M476s Thiago Mazucato  
A Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim - teoria, método e aplicação /  
Amália Barboza {et al}; organizadores: Thiago Mazucato; Vera Alves Cepêda.  
Penápolis, FUNEPE, 2018.  
198 p.

Tradução do alemão, inglês e espanhol.  
ISBN 97885-93683-046

Autores: Amália Barboza; Herbert Marcuse; Bryan S. Turner; Alejandro Blanco;  
Thiago Mazucato; Vera Cepêda; Milton Lahuerta.

1. Teoria Social. 2. Sociologia do Conhecimento. 3. Karl Mannheim.  
I. Barboza, Amália. II. Mazucato, Thiago (Org.). III. Cepêda, Vera (Org.).

CDD: 301

Fonte: Suely Maria Pereira - CRB 5704

1ª edição 2018

**Editora FUNEPE**

Avenida São José, 400 - Vila Martins - Penápolis-SP - [www.funepe.edu.br](http://www.funepe.edu.br)

# Sumário

<i>Apresentação</i> .....	5
<i>Amália Barboza</i> .....	11
A chance perdida de uma cooperação entre a “Escola de Frankfurt” e o Seminário de Sociologia de Karl Mannheim	
<i>Herbert Marcuse</i> .....	53
Sobre a problemática da verdade no método sociológico – Karl Mannheim: “Ideologia e Utopia”	
<i>Bryan S. Turner</i> .....	73
Karl Mannheim e a Sociologia da Cultura	
<i>Alejandro Blanco</i> .....	111
Karl Mannheim na formação da Sociologia Moderna na América Latina	
<i>Thiago Mazucato, Vera Cepêda e Milton Lahuerta</i> .....	171
Documentos de Karl Mannheim na Biblioteca da Universidade de Keele	



**Karl Mannheim na formação da  
Sociologia Moderna na  
América Latina**

*Alejandro Blanco*



# **Karl Mannheim na formação da Sociologia Moderna na América Latina**

*Alejandro Blanco*<sup>1</sup>

Não obstante a gravitação da sociologia alemã nos meios sociológicos de alguns países da América Latina — especialmente do México, Brasil e Argentina —, até os anos 1940 Karl Mannheim foi uma figura praticamente ignorada. O índice onomástico da primeira história da Sociologia na América Latina, publicada neste período por Alfredo Poviña, não inclui nenhuma referência ao autor de *Ideologia e Utopia* (Poviña, 1941a). Várias editoras no idioma castelhano empreenderam, durante toda a década de 1930, a publicação de algumas das principais obras da tradição sociológica alemã. A obra de Mannheim, sem dúvida, não fez parte destas iniciativas. Nem mesmo na seção “Proposições para futuras traduções: (livros cuja tradução é desejável)” do catálogo *Filosofia alemana traducida al español* havia algum título de Mannheim. Por outro lado, o catálogo sugeria a edição de *Soziologie als Wirklichkeitswissenschaft*, de Hans Freyer, *Lebensanschauung*, de Georg Simmel, *Die drei Nationalökonomien*, de Werner Sombart, *Einheit der Sinne* e *Die Stufen des Orga-*

<sup>1</sup> Originalmente publicado como artigo em *Estudios Sociológicos de El Colegio de México*, v. 27, n. 80, 2009, e cedido pelo Prof. Dr. Alejandro Blanco, da Universidad Nacional de Quilmes (Argentina) para ser traduzido e publicado como capítulo neste livro.

*nischen und der Mensch*, de Helmut Plessner, e *Gemeinschaft und Gesellschaft*, de Ferdinand Tönnies (Schmidt-Koch, 1935).

Pouco tempo depois, sem dúvida, Mannheim estava na “boca” de muitos intelectuais, pensadores sociais e sociólogos da América Latina, e, em especial, daqueles que, como José Medina Echavarría, Florestan Fernandes e Gino Germani, lideraram nesta região uma profunda renovação da sociologia. Durante um bom tempo Mannheim foi uma referência central para todos eles e uma das mais importantes fontes formativas de suas visões de mundo moderno. Medina Echavarría foi seu tradutor e principal divulgador. Em 1943 reuniu um conjunto de ensaios com o título inconfundivelmente mannheimiano: *Responsabilidad de la inteligencia. Estudios sobre nuestro tiempo*. Três anos mais tarde, Germani publicou um ensaio cujo próprio título, *Sociología y planificación*, era uma paráfrase de um dos temas que estava no centro da reflexão de Mannheim, e as catorze referências a ele contidas em *La sociología científica. Apuntes para su fundamentación*, publicado por Germani em 1956, superavam amplamente as referências aos demais autores mencionados. Neste mesmo ano, em um ensaio consagrado ao autor de *Ideología e Utopia*, Florestan Fernandes se lamentava de que “com a morte de Karl Mannheim (...) a sociologia perdeu uma de suas principais figuras do segundo quartel do presente século” (Fernandes, 1976).

Assim, entre os princípios dos anos 1940 e meados dos anos 1960, cinco títulos de Mannheim apareceram na língua castellana e, curiosamente todos eles foram publicados por um mesmo selo editorial, o *Fondo de Cultura Económica* (FCE): *Ideología y utopía* (1941), *Libertad y planificación social* (1942), *Diagnóstico de nuestro tiempo* (1944), *Libertad, poder y planificación democrática* (1953), e *Ensayos sobre sociología y psicología social* (1963). Durante os seis meses posteriores à primeira

edição de *Diagnóstico de nuestro tiempo* foram vendidos 2.380 exemplares, pouco menos da metade de uma tiragem de 5.000, e nos primeiros quinze anos a obra alcançou quatro edições. Os 2.000 exemplares da primeira edição de *Libertad y planificación social* se esgotaram em quatro anos, e até 1960 os 3.000 da segunda<sup>2</sup>. Ainda que de modo mais tardio, também no Brasil a obra de Mannheim alcançou uma repercussão importante mesmo antes das primeiras traduções para o português. De fato, e como revelou um estudo recente, foi objeto de comentário em publicações de ciências sociais, como *Sociologia* e *Revista do Serviço Público*; além disto, juntamente com Georg Simmel, Karl Marx e Max Weber, Mannheim foi um dos autores da tradição sociológica alemã mais citados (Villas Bôas, 2006a). As primeiras versões de sua obra em português foram editadas antes mesmo das obras mais importantes de Weber e de Durkheim. Em 1950 apareceu a primeira versão em português de *Ideologia e Utopia*, traduzida por Emilio Willems, e durante esta década o livro alcançou quatro edições. Seguiram-se *Diagnóstico de Nosso Tempo*, em 1961; *O Homem e a Sociedade. Estudos sobre a Estrutura Social moderna* e *Sociologia Sistemática. Uma introdução ao Estudo da Sociologia*, ambas em 1962; assim como *Introdução à Sociologia da Educação*, em 1969 (Villas Bôas, 2006a, 2006b).

Por que Mannheim tornou-se, tão prontamente, objeto de tamanha atenção e consideração? No contexto de que preocupações intelectuais sua obra foi promovida? Quais aspectos desta obra atraíram majoritariamente a atenção? Este trabalho busca um objetivo triplo: explorar os circuitos e canais de difusão de sua obra, examinar a sua repercussão no México e na Argentina, e ensaiar algumas hipóteses relativas a seus

<sup>2</sup> Arquivo de direitos autorais do *Fondo de Cultura Económica*.

modos de apropriação. Confrontadas com as investigações recentes sobre a recepção de Mannheim no Brasil (Villas Bôas, 2006a, 2006b), as considerações na conclusão final deste trabalho podem ser generalizadas — com algumas ressalvas — para o caso brasileiro.

### **Karl Mannheim: trajetória intelectual e circulação internacional**

Certamente, quando no final dos anos 1930, os editores do FCE estabeleceram contato com Mannheim, este último não era nenhum desconhecido nos meios intelectuais da Europa e dos Estados Unidos. Até a primeira metade dos anos 1930 já era uma figura em ascensão na sociologia alemã. O fato de que o Sexto Congresso de Sociologia Alemã, realizado em Zurique, em 1928, tenha confiado a Mannheim, que naquele período era apenas um *privatdozent*, na hierarquia do sistema universitário alemão, uma das principais exposições no referido evento, revela a grande reputação que Mannheim havia adquirido na comunidade intelectual alemã e especialmente na comunidade sociológica. Norbert Elias, que foi seu assistente em Frankfurt e Heidelberg, recordou-se há pouco tempo de que “muitas pessoas o viram como um homem do futuro, como a estrela emergente da sociologia de Heidelberg” (Elias, 1991, p. 137). A publicação de *Ideologia e Utopia* despertou na Alemanha enormes controvérsias e motivou comentários mais enérgicos de jovens intelectuais, como Hannah Arendt, Max Horkheimer, Herbert Marcuse e Paul Tillich. Em 1930 Mannheim foi designado sucessor de Franz Oppenheimer na Universidade Johann Wolfgang Goethe, de Frankfurt, porém a chegada do nazismo ao poder interrompeu a sua carreira e teve que emigrar para a Inglaterra.

É uma opinião amplamente aceita que a emigração de Mannheim abriu um caminho completamente novo em sua vida e produção intelectual, um fato que os comentaristas costumam manifestar opondo o Mannheim *alemão* ao *britânico* (Keckskemetti, 1963; Wolff, 1971; Coser, 1977; Wirth, 1993; Kettler, Meja & Stehr, 1995). De fato, desde então a orientação intelectual de sua obra, de seus interesses cognitivos e de seus planos de investigação passaram por uma mudança significativa. Ainda que não tenha abandonado o seu interesse pelo desenvolvimento de um programa de investigação relativo a uma sociologia do conhecimento — do qual *Ideologia e Utopia* e a sua monografia já clássica sobre o pensamento conservador são os expoentes mais expressivos —, consagrou-se quase que completamente — e ainda mais enfaticamente a partir do começo da Segunda Guerra Mundial — a um “Diagnóstico de nosso tempo”, como a elaboração de uma sociologia da planificação democrática e da reconstrução social. À luz do naufrágio da República de Weimar, o que agora interessava a Mannheim era saber que poderia fazer uma ciência como a sociologia para assegurar a sobrevivência da democracia. Pertencem a estes anos o seu giro para o pragmatismo, sua aproximação à sociologia norte-americana e a sua confiança rígida nas possibilidades de uma sociologia e psicologia aplicadas. Porém, com a sua emigração para a Inglaterra, não somente os seus interesses cognitivos se alteraram, mas também o seu papel como intelectual. Suas iniciativas, intervenções e ensaios buscavam agora uma audiência mais ampla que a oferecida até então pela academia alemã, e, em lugar de seus interesses anteriores por compreender uma situação nos termos de uma sociologia do conhecimento, cujo programa havia elaborado na Alemanha, Mannheim concentrava agora os seus esforços em pregar o evangelho da salvação através da sociologia a uma audiência mais extensa e variada (Floud, 1969).

Sem dúvida, a sua obra experimentou uma maior difusão e a sua figura alcançou reputação internacional a partir de seu ingresso no mundo de fala inglesa, da mesma forma que a enorme ressonância e controvérsia despertadas por sua obra. Nos inícios dos anos 1930, Louis Wirth, professor da Universidade de Chicago, até então o centro mais importante da sociologia norte- americana, e diretor do influente *American Journal of Sociology*, patrocinou o seu ingresso na cultura de fala inglesa, e especialmente na academia norte- americana. Edward Shils, assistente de Louis Wirth na Universidade de Chica- go, traduziu, por recomendação de Wirth, *Ideologia e Utopia*. A obra foi publicada em 1936 com uma extensa introdução do próprio Wirth, e quatro anos mais tarde, também com tradução de Shils, apareceu *Homem e Sociedade numa Era de Reconstrução* (Shils, 1995).

Nos Estados Unidos a difusão da sua obra alcançou uma recepção extraordinária, ainda que não totalmente favorável. As principais revistas acadêmicas não o trataram bem. O *American Sociological Review* reproduziu uma resenha muito crítica de Alexander von Schelting à edição alemã de 1929 de *Ideologia e Utopia* (Schelting, 1936). Hans Speier, da mesma forma que Schelting — outro refugiado alemão, porém mais generoso em seu juízo —, em certa medida repetiu as críticas de Schelting (Speier, 1937). Tampouco foi favorável a crítica que Charles Wilson, discípulo de Morris Ginsberg, publicou sobre *Ideologia e Utopia* no *American Sociological Review* (Wilson, 1936). Dez anos após a sua primeira edição, Robert Merton censurava Mannheim por não ter aclarado suficientemente quais esferas do pensamento — crenças sociais, convicções políticas, ideologias — eram susceptíveis de serem examinadas no quadro de seu esquema analítico, assim como por não haver especificado o tipo ou modo de relações entre estrutura social e conhecimento (Merton, 1995; 1949). Não obstante todas estas reservas, entre 1936 e 1954,

*Ideologia e Utopia* alcançou sete edições, o que prova o interesse que suas ideias despertaram entre a comunidade sociológica norte-americana. Ao fim e ao cabo, o maior empecilho para a difusão e circulação de uma obra é, em rigor, a indiferença, antes mesmo que a hostilidade ou a desaprovação a que pode ocasionalmente ser objeto, como o revela, por exemplo, o caso da recepção “negativa” de Émile Durkheim nos Estados Unidos (Platt, 1995).

Apesar disto, a fama e a reputação internacionais de Mannheim, ainda que necessárias, não resultam suficientes para explicar a difusão que alcançou na América Latina. Tampouco a qualidade intrínseca de seus textos. A este respeito, e como os estudos de recepção têm revelado uma e outra vez, a fortuna de uma obra não depende somente de suas qualidades intelectuais extraordinárias, mas é uma função dos contextos e dos discursos que favorecem e fomentam um interesse a ela (Schroeter, 1980; Pollak, 1986; Hirschhorn, 1988; Käsler, 1988; Platt, 1995). Mais especificamente, a circulação de uma obra é um processo mediado por fatores textuais e extra-textuais, e sua sorte está sujeita a determinadas condições culturais e institucionais, em especial à existência de veículos ou agências comprometidos com a sua promoção, e que incluem agentes (indivíduos interessados e investidos das destrezas e habilidades necessárias para a sua difusão), meios de comunicação (livros, artigos, editores) e centros de difusão (instituições acadêmicas ou extra-acadêmicas). Certamente, os meios através dos quais se transmite uma obra podem ser de caráter institucional ou intersticial. No primeiro caso, a transmissão depende e se apóia em alguma instituição e nos recursos que ela fornece; no segundo, na dedicação e tenacidade com que alguns de seus poucos seguidores a sustentam, e muitas vezes em circunstâncias bastante adversas. Em qualquer caso, a transmissão de uma obra ou uma doutrina possuem maiores probabilidades de se propagar e de adquirir mais força

quando encontram meios organizacionais de expressão ou, mais especialmente, quando são adotadas por um poderoso aparato institucional.

A este respeito, duas circunstâncias especiais favoreceram, em princípio, a difusão de Mannheim na América Latina. A emergência, por um lado, de uma instituição cultural, a editora Fondo de Cultura Económica, interessada na promoção das ciências sociais na região, e que em pouco tempo se converteria na casa editorial de ciências sociais mais importante da América Latina. E a existência, por outro lado, de uma série de agentes comprometidos com uma renovação e implantação mais firme das ciências sociais, em especial da sociologia; e que viam na tradição sociológica alemã — ainda que não somente nela — um de seus modelos de referência.

### **A difusão editorial: Karl Mannheim e o Fondo de Cultura Económica**

Inicialmente concebida como uma editora especializada na publicação de livros de economia, o FCE foi fundado por Daniel Cosío Villegas, em 1934. Durante os primeiros anos as suas atividades estiveram limitadas à publicação de uma revista, *El Trimestre Económico*, e à edição de alguns livros deste assunto. Durante os primeiros quatro anos as edições não superaram seis títulos anuais, o que oferece uma média aproximada do tamanho do empreendimento. Até o final dos anos 1930, sem dúvida, e como consequência da crise gerada na Espanha pela guerra civil, a editora experimentou um verdadeiro salto qualitativo. O colapso total da indústria editorial espanhola provocado por este conflito abriu novas e maiores possibilidades à incipiente indústria local e latino-americana, fato ao qual veio somar-se a emigração para a América Latina —

porém, ainda mais especificamente, para o México — de reconhecidos intelectuais republicanos, muitos dos quais integraram o elenco de tradutores do FCE<sup>3</sup>. Assim, em 1938, a editora publicou onze títulos e no ano seguinte a cifra subiu para cinquenta e dois, chegando, três anos mais tarde, a oitenta e cinco (Díaz Arciniega, 1996).

Foi neste contexto que a editora ampliou as suas atividades a novos campos disciplinares. Até meados dos anos 1940 já contava com coleções de Economia (1935), Política e Direito (1937), Sociologia (1939), Filosofia (1942) e Antropologia (1944); e em muito pouco tempo chegou a converter-se numa das casas editoriais em ciências sociais de maior prestígio na América Latina, com sucursais na Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Colômbia, Brasil e Venezuela. De certo modo, a difusão de Mannheim na América Latina obedeceu a um fato contingente: a guerra civil espanhola e suas duas consequências imediatas, a saber, a abertura de um mercado para a iniciativa de empresas editoriais latino-americanas e a disposição, devido à emigração intelectual, de um capital cultural e de uma *expertise* intelectual inteiramente propícia para a nova empresa<sup>4</sup>.

A Coleção de Sociologia ficou a cargo de um dos membros da emigração republicana ao México, José Medina Echavarría, que havia realizado estudos de direito e filosofia nas universidades de Valencia e Madri. Em 1939, com a derrota dos republicanos na guerra civil espanhola, emigrou para o México e integrou-se à Casa da Espanha no México, uma instituição criada em 1938 por Alfonso Reyes e Cosío Villegas, e que dois anos mais tarde converteu-se em *El Colegio de México*. Entre 1939 e 1946

<sup>3</sup> Segundo o catálogo *Autores e tradutores do exílio espanhol no México*, 89 exilados espanhóis colaboraram com o FCE na qualidade de autores e/ou tradutores (FCE, 1999).

<sup>4</sup> Segundo Laurence Hallewell, a imigração de republicanos espanhóis para o México incluiu 2.440 profissionais empregados em casas editoriais espanholas, 2.065 professores, 368 “intelectuais” e 6 editores (Hallewell, 1986, p. 143 apud Andersen, 1996).

Medina Echavarría ensinou sociologia na Universidade Nacional e no *El Colegio de México* (Gurrieri, 1980; Lira, 1986, 1989).

Poucos meses depois do lançamento da Coleção, seu diretor a apresentava nos seguintes termos: “Estamos convencidos (...) de que nossa civilização, depois de suas conquistas triunfais no campo das ciências físico-naturais, há de realizar um esforço paralelo no domínio das ciências do homem para que possa sair da tremenda crise em que se encontra atualmente”<sup>5</sup>. Sem dúvida, Medina Echavarría reconhecia que, salvo em poucos países, “desgraçadamente (...) estas ciências não tiveram, até o presente momento, a necessária proteção oficial e acadêmica, e isto exige que um trabalho editorial bem orientado supra, portanto, esta necessidade urgente de nossos dias”<sup>6</sup>. Deste modo, e em poucos anos, Medina Echavarría colocou à disposição dos leitores latino-americanos os grandes textos da tradição sociológica. Além de Mannheim, publicou Weber, Tönnies, Veblen, Pareto, Mac-Iver, Lundberg, Znaniecki e Linton, entre outros; e contribuiu para ampliar consideravelmente o horizonte intelectual de quem cultivava — ou aspirava a cultivar — as ciências sociais.

A Coleção foi um verdadeiro êxito. Até os finais dos anos 1950, trinta e três dos títulos editados — pouco mais da metade — estavam esgotados. Três dos quatro títulos de Mannheim editados até então também estavam esgotados: *Ideología y utopía*, *Libertad y planificación* e *Diagnóstico de nuestro tiempo*<sup>7</sup>. Alguns deles foram verdadeiros êxitos de

<sup>5</sup> Cf. Medina Echavarría (1940, pp. 1-5).

<sup>6</sup> Cf. Medina Echavarría (1940, p. 2).

<sup>7</sup> Carta de Orfila Reynal a José Medina Echavarría, 11 de março de 1959, Arquivo do Fondo de Cultura Económica.

livraria. *História de la cultura*, de Alfred Weber, publicado em 1941, alcançou até meados dos anos 1950 a sua quinta edição. Na segunda metade dos anos 1950, quando Gino Germani colocou em marcha o primeiro curso de sociologia na Argentina, José Luis de Imaz, um de seus primeiros aspirantes, transmitiu-lhe sua intenção de estudar sociologia, e diante da pergunta de Germani a respeito do que sabia ou havia lido, De Imaz respondeu: “Respondi-lhe que ‘todo’ o Fondo de Cultura Económica. Ou seja, a coleção de Ciências Sociais que o Fondo havia publicado. Era uma maneira de simplificar, claro, mas era também uma definição” (De Imaz, 1977, p. 125). Como revela o testemunho de De Imaz, em pouco tempo a coleção havia conseguido edificar não somente um catálogo e uma nova linguagem para as ciências sociais, mas também uma indiscutida reputação e autoridade intelectuais no mercado de livros de ciências sociais na região.

A relação da FCE com Mannheim iniciou-se nos finais dos anos 1930 e se prolongou até a sua morte precoce, ocorrida em 1947. Da Coleção de Sociologia, Mannheim foi o autor mais editado e chegaria a converter-se numa espécie de conselheiro informal da editora. Inclusive, em certo momento, quando Mannheim programava uma passagem pelos Estados Unidos — que, finalmente, não veio a ocorrer —, Cosío Villegas o procurou, mesmo sem obter êxito, para que Mannheim passasse uma temporada ensinando no México<sup>8</sup>. Em todo caso, Cosío Villegas contactou

<sup>8</sup> Carta de Cosío Villegas a Louis Wirth, 2 de abril de 1940. Três anos mais tarde, Cosío Villegas procuraria — ainda que também sem êxito — levar Max Horkheimer ao México, que em 1930 — no mesmo ano em que Mannheim fora designado professor de Sociologia na Universidade de Frankfurt — havia estabelecido o Instituto de Pesquisa Social na mesma universidade. Segundo consta na correspondência do *El Colegio de México*, Horkheimer, que, em consequência da ascensão do nazismo, já havia radicado seu instituto há alguns anos em Nova Iorque, havia acordado com as autoridades do *El Colegio de México* um plano de conferências que versaria sobre *Society and Reason*, e que compreendia os seguintes

Mannheim na London School of Economics, onde este último ensinava sociologia. Em carta de 13 de outubro de 1939 expressou seus desejos (“we are most anxious”) de incluir *Ideology and Utopia* na nova Coleção de Sociologia, trazendo ao seu conhecimento que a Coleção de Ciência Política seria inaugurada com o título de Harold Laski, *The Rise of European Liberalism* e que o plano para a Coleção de Sociologia previa a edição de *Wirtschaft und Gesellschaft*, de Max Weber; *Einführung in die Soziologie*, de Ferdinand Tönnies, e *Kulturgeschichte als Kultursoziologie*, de Alfred Weber.

Para o próprio Mannheim a proposta não poderia ser mais auspiciosa. Suas afinidades intelectuais com Laski eram notórias e foi o mesmo Laski quem apadrinou a chegada de Mannheim à London School of Economics (Kettler, Meja & Stehr, 1995). Alfred Weber tinha sido seu professor em Heidelberg e dele havia adotado a concepção dos intelectuais como “*intelligentsia* socialmente desvinculada”. Ademais, Mannheim havia colocado seu trabalho na direção aberta fundamentalmente por Max Weber, e naquele momento ele mesmo já era uma figura central da sociologia alemã *pós-weberiana*. Inclusive, no ano seguinte, o próprio Mannheim sugeriu a Cosío Villegas a edição dos títulos de Weber, *Politik als Beruf* e *Wissenschaft als Beruf*<sup>9</sup>, e foi neste contexto que os editores do FCE, que nesse momento preparavam a edição castelhana de *Wirtschaft*

pontos: a) reason as the basic theoretical concept of western civilization; b) civilization as an attempt to control human and extra-human nature; c) the rebellion of oppressed nature and its philosophical manifestations; d) the rise and decline of the individual; e) the present crisis of reason. Correspondência de Alfonso Reyes com Max Horkheimer, Arquivo Histórico do El Colegio de México.

<sup>9</sup> Carta de Karl Mannheim a Daniel Cosío Villegas, 18 de janeiro de 1940, Arquivo do Fondo de Cultura Económica. Nas sugestões de Mannheim também se encontravam *Human Nature and Conduct*, de John Dewey; *Soziologie der Renaissance*, de Alexander von Martin; *Mind, Self and Society*, de George H. Mead, e *Geschichte und Klassenbewusst*, de Georg

*und Gesellschaft*, solicitaram a Mannheim a preparação de um estudo preliminar que colocasse em relevo “o significado e o relevo de Max Weber no pensamento moderno, tanto alemão quanto estrangeiro”<sup>10</sup>. Mannheim respondeu que, devido a obrigações previamente acertadas, lamentavelmente não estava em condições de assumir o compromisso, porém, em seu lugar ofereceu aos editores da FCE o ensaio “German Sociology (1918- 1933)”, que havia sido publicado em 1934 na revista *Politica*, da London School of Economics. O artigo — dizia Mannheim — “não somente devota um espaço considerável a Max Weber, mas aloca a sua obra no conjunto da sociologia alemã durante a república. Alguns pequenos ajustes poderiam ser feitos pelos seus tradutores para adaptá-lo ao propósito de uma introdução”<sup>11</sup>. Cosío villegas desistiu, porém, da sugestão de Mannheim, uma vez que o ensaio referido por este último já fora publicado em Madri alguns anos antes na revista *Tierra Firme*<sup>12</sup>, e insistiu no pedido em troca de uma ampliação do prazo de entrega, porém Mannheim recusou-se novamente. Em seu lugar, aconselhou que solicitassem tal introdução a Albert Salomon, um dos refugiados alemães que então residia nos Estados Unidos como membro da Graduate Faculty of Political and Social Science de Nova Iorque<sup>13</sup>.

Lukács. Os primeiros dois títulos foram publicados pouco tempo depois pela FCE e o terceiro, por Gino Germani na Argentina, na editora Paidós.

<sup>10</sup> Carta de Cosío Villegas a Karl Mannheim, 19 de fevereiro de 1940, Arquivo do Fondo de Cultura Económica.

<sup>11</sup> Carta de Karl Mannheim a Cosío Villegas, 29 de março de 1940, Arquivo do Fondo de Cultura Económica.

<sup>12</sup> Mannheim (1935). O ensaio foi posteriormente incluído em *Essays on Sociology and Social Psychology* (Londres, Routledge and Kegan Paul, 1953), editado pela FCE em 1963.

<sup>13</sup> Carta de Karl Mannheim a Cosío Villegas, 11 de julho de 1940, Arquivo do Fondo de Cultura Económica.

De todo modo, e para além da intenção frustrada de comprometer Mannheim na edição castelhana da *Opus Magnum*, de Weber, Cosío Villegas recebeu uma resposta favorável e entusiasmada daquele ao seu pedido de edição de *Ideology and Utopia*<sup>14</sup>. Em sua carta, Mannheim ainda assim alertou Cosío Villegas da existência da edição espanhola de *Mensch und Gesellschaft im Zeitalter des Umbaus* (*Homem e sociedade numa época de reconstrução*), cujo original alemão era de 1935, e que tinha sido publicada “em Madri, antes da Revolução”<sup>15</sup>. De fato, em 1936 a editora da *Revista de Derecho Privado de Madri* publicou a referida obra. Curiosamente, seu tradutor, Francisco Ayala — o primeiro tradutor de Mannheim para o espanhol — também era parte da emigração republicana. Porém, diferentemente de Medina Echavarría, que se radicou no México, o destino de Ayala seria a Argentina, e a partir de suas relações estreitas com um editor espanhol — Gonzalo Losada — também ali radicado, iria se converter num dos tradutores e promotores da tradição sociológica alemã<sup>16</sup>. Em todo caso, a FCE anunciou com festejo a edição de *Ideologia e Utopia*: “É o primeiro ‘grande estudo’ sociológico que o Fondo de Cultura Económica publicará. Um dos livros mais discutidos, dos que mais controvérsias tem provocado: estuda o tema das ideologias políticas; renova de um modo cabal a teoria do conhecimento e fornece um caráter radical à sociologia

<sup>14</sup> Carta de Karl Mannheim a Cosío Villegas, 11 de novembro de 1939, Arquivo do Fondo de Cultura Económica.

<sup>15</sup> Carta de Karl Mannheim a Cosío Villegas, 11 de novembro de 1939, Arquivo do Fondo de Cultura Económica.

<sup>16</sup> A versão de Francisco Ayala de *Mensch und Gesellschaft im Zeitalter des Umbaus* (*Homem e sociedade numa época de reconstrução*) foi reeditada anos mais tarde, em 1958, por um selo de Buenos Aires: Leviatán. Ao que parece, a FCE procurou adquirir os direitos desta obra, mas sem resultados favoráveis.

do saber”<sup>17</sup>. Com o título de “Responsabilidade da inteligência” o próprio editor de *Ideologia e Utopia*, José Medina Echavarría, publicou um extenso comentário sobre a obra e, pouco tempo depois, José Gaos fez o mesmo, com um título mais do que eloquente: “O livro de nossos dias”<sup>18</sup>.

Dois anos mais tarde a FCE publicou *Libertad y planificación social*, traduzida da versão inglesa de *Man and Society in an Age of Reconstruction* (de 1940), que na realidade era uma versão consideravelmente ampliada de *Mensch und Gesellschaft im Zeitalter des Umbaus*, traduzida do alemão por Edward Shils. Então, igualmente, e como prova adicional do interesse dos editores da FCE pela obra de Mannheim, estes últimos, tendo tomado conhecimento da próxima aparição de *The Sociological Approach to History* — solicitaram imediatamente a permissão para sua publicação<sup>19</sup>. Rapidamente Mannheim respondeu que o livro anunciado ainda estava em rascunho, porém, em troca, ofereceu aos editores da FCE um livro que estava em vias de concluir: *Planned Society and the Problem of Human Personality*, uma coleção de ensaios separados porém coerentes que, diferentemente dos demais títulos cedidos à FCE (*Ideology and Utopia* e *Man and Society in an Age of Reconstruction*), Mannheim sugeria, “terá um maior apelo popular”<sup>20</sup>. No mês seguinte, os editores da FCE responderam imediatamente (via cabo) expressando a Mannheim “nossa

<sup>17</sup> Cf. FCE (1941b).

<sup>18</sup> Medina Echavarría (1941c) e Gaos (1941).

<sup>19</sup> Carta de Cosío Villegas a Karl Mannheim, 22 de junho de 1940, Arquivo do Fondo de Cultura Económica.

<sup>20</sup> Carta de Karl Mannheim a Cosío Villegas, 4 de novembro de 1940, Arquivo do Fondo de Cultura Económica.

prontidão em adquirir o copy- right deste livro”<sup>21</sup>, o que revela, uma vez mais, o enorme interesse por sua obra.

O contato entre Mannheim e os editores da FCE interrompeu-se entre 1940 e 1942. Em meados deste último ano Mannheim escreveu a Cosío Villegas para informá-lo de um livro que acabara de concluir, *The Diagnosis of our Time*, “lidando com os grandes problemas de nossa sociedade em nosso mundo em transformação. Sendo conferências, elas eram direcionadas para um público mais amplo do que nos meus livros anteriores, o que significa que elas são mais populares em sua apresentação”<sup>22</sup>. E na mesma carta Mannheim oferecia aos editores da FCE os títulos de uma coleção em preparação, a International Library of Sociology and Social Reconstruction, que seria editada pela Routledge & Kegan Paul, e cujo objetivo principal era, nas palavras do próprio Mannheim, “inaugurar uma plataforma para discussão científica dos problemas de nossa era”<sup>23</sup>, e com a qual se propunha forjar uma comunidade internacional de intelectuais. Extremamente ambiciosa, a coleção de Mannheim continha vinte e duas grandes séries: Sociologia da Educação, Sociologia da Religião, Sociologia da Arte, Sociologia da Linguagem e Literatura, Abordagem Sociológica ao Estudo da História, Sociologia da Lei, Criminologia e o Serviço Social, Sociologia e Política e Sociologia e Psicologia da Crise Atual, entre outras. A variedade das coleções, ademais, prova os esforços de Mannheim para alcançar uma audiência muito mais ampla do que a

<sup>21</sup> Carta de Cosío Villegas a Karl Mannheim, 10 de dezembro de 1940, Arquivo do Fondo de Cultura Económica.

<sup>22</sup> Carta de Karl Mannheim a Cosío Villegas, 31 de julho de 1942, Arquivo do Fondo de Cultura Económica.

<sup>23</sup> Carta de Karl Mannheim a Cosío Villegas, 31 de julho de 1942, Arquivo do Fondo de Cultura Económica.

pequena comunidade sociológica britânica na qual não era totalmente bem recebido (Kettler, Meja & Stehr, 1995; Shils, 1995).

Os editores da FCE mostraram-se interessados na nova coleção e solicitaram a Mannheim o envio dos títulos disponíveis. Mannheim expressou a Cosío Villegas que a coleção não estava interessada em vender os títulos em separado, na medida em que o valor especial residia na totalidade de cada uma das séries. O convênio da cessão dos direitos implicaria, então, o compromisso de publicar ao menos oito volumes em um período limitado. Mannheim também aconselhou aos editores da FCE a publicá-los de maneira conjunta com uma editora espanhola<sup>24</sup>. Estes últimos aceitaram a primeira proposta e chegaram a publicar mais de dez títulos da coleção de Mannheim. Alguns deles, que a FCE não chegou a publicar, seriam editados pouco tempo depois na Argentina por Gino Germani.

### **A sociologia alemã na América Latina**

Ainda que tardio, o interesse pela obra de Mannheim na América Latina não é de todo surpreendente, quando colocado no contexto do enorme prestígio que detinha a sociologia alemã em toda a região. De fato, já a partir dos anos 1920, e fundamentalmente por obra da *Revista de Occidente* — dirigida por Ortega y Gasset e com enorme repercussão na cultura dos países de fala espanhola (López Campillo, 1972) — boa parte

<sup>24</sup> Carta de Karl Mannheim a Cosío Villegas, 15 de novembro de 1945, Arquivo do Fondo de Cultura Económica.

da obra das principais figuras da sociologia alemã já fora traduzida para o castelhano: seis títulos de George Simmel, três de Othmar Spann e dois de Ferdinand Tönnies, Hans Freyer e Werner Sombart, respectivamente (Blanco, 2004).

Rapidamente, esta implantação editorial precoce da tradição sociológica alemã em língua castelhana se faria sentir nos programas de sociologia, uma matéria cujo ensino era transmitido, então, nas faculdades de direito e filosofia das universidades da região. De fato, a partir dos anos 1930, estes programas, que até então se nutriam da bibliografia proveniente das tradições francesas e inglesas — A. Comte, E. Durkheim, G. Tarde, C. Bouglé, H. Spencer, F. Giddings — incorporam progressivamente leituras de G. Simmel, L. von Wiese, A. Vierkandt, A. Stammler, H. Freyer, M. Scheler, F. Tönnies e, pouco depois, Werner Sombart e Max Weber (Poviña, 1941a; Blanco, 2004). A partir de então, e até os finais dos anos 1940, a sociologia alemã se converteria num universo de referência para os praticantes da disciplina e seria objeto de numerosos escritos e ensaios por parte dos professores de sociologia da região. Desde muito cedo, na Argentina, Raúl Orgaz escreveu sobre Simmel, Vierkandt, Von Wiese e Weber, e consagrou três capítulos de *La ciencia social contemporánea* a um exame da ciência social na Alemanha (Orgaz, 1932a; 1932b). Nos mesmos anos, Alfredo Poviña ocupou-se de Simmel, Vierkandt, Von Wiese, Hans Freyer e Max Weber (Poviña, 1933, 1939, 1941b), e publicou uma série de apresentações das principais figuras da sociologia alemã em diversas publicações acadêmicas da região. Da mesma forma, na primeira metade dos anos 1940, a coleção Biblioteca de Sociologia, da editora Losada, dirigida — como já foi assinalado — por outro emigrado espanhol, Francisco Ayala, foi um importante canal de difusão da sociologia alemã. Em 1944 Ayala publicou *La sociología, ciencia de la realidad. Fundamentación lógica del sistema de la sociología*, de Hans Freyer e, em 1947, *Comunidad y socie-*

*dad*, de Ferdinand Tönnies. No Brasil, a difusão da tradição alemã foi canalizada através da revista *Sociologia*, fundada em 1939 por Emílio Willems (Villas Bôas, 2006a).

Neste sentido, a FCE continuou este padrão e se constituiu em outro poderoso centro de difusão da tradição sociológica alemã na América Latina. De fato, enquanto preparava as edições das obras de Mannheim, a editora mexicana publicou em 1942 *Historia económica general*, de Max Weber — que aparece na Coleção de Economia —, e, dois anos mais tarde, *Economía y Sociedad*, na Coleção de Sociologia, em cuja edição Medina Echavarría foi coordenador e um de seus tradutores (Zabludovsky, 1998, 2002). Da mesma forma, nestes anos a Coleção de Sociologia editou *Historia de la cultura*, de Alfred Weber (1941), e *Principios de sociología*, de Ferdinand Tönnies (1942); e publicou também uma série de ensaios sobre sociólogos alemães. Em 1942 apareceu *Oppenheimer*, de Francisco Ayala, e no ano seguinte *Von Wiese*, de Luis Recasens Siches. Novamente o testemunho de José Luis de Imaz resulta, a este respeito, revelador: “O que era o que entendíamos por sociologia. Ao conjunto de autores alemães traduzidos” (De Imaz, 1977, p. 127). A edição da obra de Mannheim deve ser colocada, então, no contexto de todo este conjunto de iniciativas — expressivas de um interesse mais geral pela cultura alemã —, assim como da enorme reputação de sua tradição sociológica. Porém, para além disto, quais outras razões suscitarão o interesse pela obra e pelo pensamento de Mannheim?

Os fenômenos de recepção estão sujeitos aos projetos e apostas intelectuais de seus receptores. Por tal motivo, toda recepção é inexoravelmente seletiva: destaca determinados aspectos ou campos temáticos de uma obra em lugar de outros. O caráter seletivo do processo é uma função da natureza e do alcance daqueles projetos, como das tensões,

conflitos e lutas que caracterizam num determinado momento um campo intelectual. Neste sentido, a compreensão de um ato de recepção está sujeita, em termos metodológicos, à resposta das seguintes perguntas: Quem lê? Quem traduz? Quem difunde? Quem interpreta?, mas também, e não menos importante, contra quem se lê, se traduz ou se interpreta? É necessário, então, ter em mente não somente as “propriedades sociais” do receptor, mas também as propriedades do campo ideológico em que tem lugar a recepção, ou o estado do campo cultural, as relações de força entre as suas unidades componentes, ou seja, as lutas e as coisas que estão em jogo nestas lutas. Os atos de recepção também são, em boa medida, atos de uma batalha cultural pela imposição de uma determinada visão (trate-se da visão de uma disciplina ou de um determinado fenômeno social). Portanto, com quais projetos intelectuais esteve conectada a difusão de Mannheim na América Latina?

### **José Medina Echavarría: a reconstrução da sociologia**

José Medina Echavarría conhecia muito bem a tradição alemã de pensamento social, em especial a tradição sociológica. Entre 1931 e 1932 havia estudado filosofia na Alemanha com uma bolsa da Junta de Ampliação de Estudos e Investigações Científicas de Madri, e foi professor de espanhol na Universidade de Marburgo. Nesta última cidade assistiu às aulas de Karl Löwith, apenas um ano antes da publicação de *Max Weber und Karl Marx*, e onde provavelmente tomou conhecimento da obra de Weber (Morcillo, 2000). Na primeira metade dos anos 1930 traduziu *Filosofia del Derecho*, de Gustavo Radbruch (Madrid, 1933), e *Las transformaciones de la capas sociales después de la guerra*, de Robert Michels

(s/d) para a editora da *Revista de Derecho Privado*. Seu conhecimento da obra de Mannheim provém destes anos. Desde então, e como tem sido documentado em diversos ensaios consagrados a sua trajetória intelectual, a sociologia havia começado a revelar-se como uma opção efetiva de profissão intelectual diante da frustração experimentada pela tradição da filosofia do direito em que havia se formado (Lira, 1986, 1989). Em 1936 havia entregado para impressão um pequeno ensaio, *Introducción a la sociología contemporánea (1934-1935)*, em que recorria às aulas de seu primeiro curso de sociologia realizado dois anos antes na Universidade de Madri, e cuja publicação frustrou-se devido aos ruídos já presentes da guerra civil<sup>25</sup>. Neste mesmo ano obteve uma bolsa para realizar estudos de sociologia na London School of Economics, onde Mannheim era professor.

Contudo, a carreira acadêmica não era o foco único e exclusivo de Medina Echavarría. Pelo contrário, e de forma paralela a ela, durante estes anos teve uma participação ativa na vida da República espanhola, inicialmente como assessor letrado das Cortes dos Deputados, e mais tarde como encarregado de negócios do governo em Varsóvia. “Pepe Medina fala da vida intelectual como vida vicária porque é um nostálgico da política”, diria anos mais tarde o seu compatriota José Gaos (Lira, 1986, p. 23). Naturalmente, para alguém que, como Medina Echavarría, havia participado ativamente na vida política da República espanhola e que havia testemunhado a ascensão dos regimes políticos totalitários, e especialmente do nazismo durante seus anos na Alemanha, um livro como *Ideologia e Utopia* não poderia passar despercebido. E isto por duas ra-

<sup>25</sup> Com um título ligeiramente diferente, a obra seria publicada finalmente no México em 1940 (Medina Echavarría, 1940a). Na mesma, Medina Echavarría consagrou um capítulo à sociologia alemã, na qual incluiu um tratamento da obra em curso de Mannheim.

zões: em primeiro lugar, porque a análise das diversas tendências que agitavam a vida política da República de Weimar — e que prontamente desembocariam em sua destruição — pareciam oferecer algumas chaves interpretativas para examinar a própria crise da República espanhola. Em segundo lugar, porque esta obra viria a colocar no centro da atenção um problema que, como aquele dos intelectuais diante da crise política de seu tempo, era parte das preocupações, não somente de Medina Echavarría, mas da comunidade espanhola no exílio mexicano. Não casualmente, a nota com que Medina Echavarría apresentou a edição de *Ideologia e Utopia*, levava o título de “Responsabilidade da inteligência”. E pouco tempo depois da aparição da obra, a revista *Cuadernos Americanos*, fundada por um grupo de intelectuais mexicanos e espanhóis exilados, organizou uma mesa de discussão sobre a temática com o título de “Lealdade do intelectual”. Na reunião, da qual participaram também Jesús Silva Herzog, Mariano Picón Salas, José Gaos e Juan Larrea, Medina Echavarría também participou e argumentou na direção de um compromisso distanciado do intelectual, que deveria estar fundado nas competências e exigências que lhes concernem *qua* intelectual. Por este motivo, em sua intervenção não teve dúvida em qualificar de “fraude social” a atitude daqueles intelectuais que, enquanto intelectuais, “fazem política”, transferindo “a este âmbito o seu prestígio profissional ou literário e encobrem-se rapidamente em seus outros domínios com o brilho maior ou menor de seu prestígio político ou meramente ‘administrativo’” (Silva et al., 1944, pp. 43-4).

O interesse de Medina Echavarría pela obra de Mannheim deve ser colocado, então, no contexto de suas preocupações em torno da crise da democracia, como do papel dos intelectuais em geral e da ciência social, em particular, em sua reconstrução. Dois títulos publicados na primeira metade dos anos 1940 sintetizam estas preocupações: *Responsabilidad de la inteligencia. Estudios sobre nuestro tiempo* e *Sociología, teoría y téc-*

*nica*. O primeiro, publicado em 1943, reunia uma série de ensaios redigidos desde a sua chegada ao México, em 1939. O segundo, surgido em 1941, continha um exame sistemático dos alcances teóricos e metodológicos da disciplina, destinado a fundar e promover uma concepção da sociologia enquanto ciência empírica.

Em alguns dos ensaios reunidos em *Responsabilidad de la inteligencia*, Medina Echavarría ensaiou uma sociologia da vida intelectual de clara inspiração *mannheimiana*. As mudanças na estrutura social promovidas pela indústria, pela técnica e pelo crescimento da população — dizia — haviam colocado em crise os modelos intelectuais até então vigentes, em especial o do cavalheiro ou *gentleman*. A estrutura social resultante destas mudanças, a moderna sociedade de massas, exigia novas competências intelectuais, as do “expert” e/ou “especialista”, e nela a educação já não poderia ser “privilégio de minorias”, porém “exigência de massas”. Recorrendo a um argumento desenvolvido por Max Weber e reiterado por Mannheim, Medina Echavarría prescrevia que a administração dos notáveis, honorária e de aficionados, começava a ceder lugar a uma administração de experts, de entendidos (Medina Echavarría, 1943, p. 159)<sup>26</sup>. Certamente, Medina Echavarría não ignorava os perigos que cercavam o especialista: “abandonado em si mesmo — dizia, recorrendo a uma fraseologia de inconfundível sabor *mannheimiano* —, se converte facilmente em um homem míope que, perdendo o sentido da totalidade e do conjunto, pode, às vezes, ser mais perigoso que o simples aficionado” (Medina Echavarría,

<sup>26</sup> Que não era accidental a preocupação de Medina Echavarría acerca das condições sociais da vida intelectual revela-o a publicação, em sua coleção, de um pequeno clássico sobre o assunto, *The Social Rule of the Man of Knowledge*, de Florian Znaniecki (*El papel social del intelectual*, México, FCE, 1941). Mais tarde, inclusive Medina Echavarría retornaria à questão em um ensaio intitulado “Acerca dos tipos de inteligência” (Medina Echavarría, 1953).

1943, p. 161). Como conservar, pois, este sentido da elevação e da distância que o humanismo tradicional soube proporcionar aos grupos aristocráticos? Os meios de que dispunha este humanismo — o saber da história, a contemplação da vida dos grandes do passado — resultavam insuficientes no contexto de uma situação que já não era a mesma. Tratava-se, então, de continuar o humanismo por outros meios. Na opinião de Medina Echavarría, as ciências sociais estavam em condições de oferecer estes meios e, desta maneira, desempenhar na formação do homem moderno um papel equivalente ao do humanismo de tempos pretéritos. Porém, somente estariam em condições de assumir esta tarefa — ressalta — uma vez que elas tivessem alcançado o estatuto de ciência, pois, caso contrário, “se convertem numa palavraria da pior espécie e seria melhor deixá-las de lado” (Medina Echavarría, 1943, p. 163).

Foi no contexto desta situação que Medina Echavarría encontrou no ideal de uma sociologia cientificamente orientada um meio de atualização do humanismo. A partir de então travou uma dura batalha contra o *amadorismo* sociológico, destacando a necessidade — segundo consta num dos escritos destes anos — de uma “reconstrução da ciência social” que fora capaz de clarificar o estatuto de uma disciplina que, como a sociologia, chegara “a conter os mais arbitrários conteúdos e a proteger as mais variadas intenções” e “foi e é empregada para as mais suspeitas atividades práticas e ideológicas” (Medina Echavarría, 1943, pp. 87-8). Por estes anos, a sociologia começava a ganhar no México um certo espaço e influência nas instituições culturais. Em 1939 Lucio Mendieta y Núñez assumiu a direção do Instituto de Investigações Sociais (IIS) e neste mesmo ano lançou a *Revista Mexicana de Sociología*. Com tudo isto, e não obstante esta promissora implantação institucional, em termos intelectuais a sociologia descobria-se, todavia, fragmentada, ambígua em seu estatuto, sem unidade nem direção intelectual. A produção intelectual do IIS foi mais

bem escassa durante a primeira década e majoritariamente consagrada ao estudo da população indígena. Ademais, e por conta da falta de um estatuto independente, o ensino da sociologia continuava subordinado às escolas de direito (Arguedas & Loyo, 1979; Girola & Olvera, 1998; Reyna, 1979, 2005). Uma olhada ao que foi publicado na *Revista Mexicana de Sociologia* durante os primeiros dez anos revela a presença de pelo menos duas tradições claramente diferenciadas: uma, mais filosófica, articulada em torno do historicismo alemão e da filosofia de Ortega y Gasset, e promovida fundamentalmente pelos exilados espanhóis; a outra, mais pragmática, encabeçada por seu diretor, Lucio Mendieta y Núñez, partidário de uma ciência social aplicada e que de forma precoce promoveu a publicação de alguns dos trabalhos mais representativos da *social research* norte-americana, como os de Stuart Chapin, Stuart Queen e Pauline Young (Sefchovich, 1989; Girola & Olvera, 1998).

Em *Sociologia, teoria e técnica*, Medina Echavarría procurou articular uma visão alternativa a estas duas tradições. O livro era, por sua vez, um projeto de atualização da sociologia nos termos de uma ciência empírico-analítica moderna, e um chamado à intervenção das ciências sociais na resolução dos problemas da vida prática. Em apoio ao seu proselitismo científico, Medina Echavarría referia-se ao caso da “sociologia norte-americana” como um exemplo nesta direção num extenso capítulo intitulado “A investigação social e suas técnicas”. Durante estes anos, de fato, Medina Echavarría insistiria algumas vezes na necessidade de incorporar a investigação social à sociologia. “A intervenção do indocumentado — assinalava com mordacidade — é um privilégio penoso das ciências sociais” (Medina Echavarría, 1941a, p. 146). Estava ambientado com toda, ou quase toda a literatura norte-americana sobre a investigação social. De acordo com os recibos de compras de livros e revistas efetuados pela FCE, em

1939 a editora adquiriu, por solicitação de Medina Echavarría, dezoito títulos, dezessete dos quais, com exceção do *Handwörterbuch der Soziologie*, de Alfred Vierkandt, estavam em inglês, e tratavam sobre os diversos métodos e técnicas da investigação social<sup>27</sup>. Durante a sua permanência no México — que se estenderia até 1946, quando decidiu radicar-se em Porto Rico — ministrou cursos sobre a matéria em diversos centros universitários e documentou amplamente o seu conhecimento sobre ela num ensaio destes anos publicado na *Revista Mexicana de Sociologia* (Medina Echavarría, 1939, 1941b). O Centro de Estudos Sociais, que fundou e dirigiu no El Colegio de México entre 1943 e 1946, pretendia se firmar como um laboratório de um ensino integral das ciências sociais, que combinava a formação teórica com a aprendizagem dos modernos métodos da investigação social (Lida & Matesanz, 1990). Porém, de forma paralela a esta reivindicação da investigação social e de suas técnicas, Medina Echavarría ressaltava, por diversas vezes, a necessidade da teoria capaz de superar “o puro colecionismo de dados sem orientação” (Medina Echavarría, 1941a, p. 153).

Na realidade, o núcleo do argumento não fazia mais do que prolongar um projeto que já fora antecipado por Mannheim, o de uma síntese da tradição da sociologia empírica norte-americana com a grande tradição teórica do velho continente, síntese que Medina Echavarría haveria de expressar na fórmula de “teoria e técnica”, com a qual decidiu caracterizar a orientação da sociologia por ele preconizada. De fato, desde a sua nomeação em Frankfurt, em 1930, Mannheim manifestava um interesse vivo pela investigação social norte-americana, separando-se da tradicional posição

<sup>27</sup> Fundo do El Colegio de México, seção de Arquivos institucionais, subseção Fundo antigo, caixa 15, exp. 7, folhas 1-7.

de seus colegas alemães a este respeito, não sem destacar, indubitavelmente, a falta de teorização da *social research* e a necessidade correspondente de colocar suas descobertas nos marcos de uma teoria capaz de interpretá-las<sup>28</sup>. Inclusive o giro decididamente pragmático que adotou a perspectiva de Mannheim a partir de seu exílio na Inglaterra deveu-se a seu contato com a tradição do pragmatismo, especialmente com as obras de John Dewey, George Mead e Charles Cooley. Em alguns escritos destes anos, e especialmente em *Homem e Sociedade numa Era de Reconstrução*, Mannheim insistiu na significação positiva do pragmatismo por sua contribuição à planificação social e ao pensamento independente. De tal modo que a perspectiva de Mannheim oferecia ao mesmo tempo o prospecto de uma sociologia empiricamente orientada e os instrumentos analíticos necessários para superar o empirismo característico da tradição de língua inglesa.

A aposta de Medina Echavarría por uma sociologia “científica” incendiou a polêmica na comunidade de exilados espanhóis, na qual gravitava a tradição do humanismo, atualizada através do historicismo alemão e da filosofia de Ortega y Gasset. Seu compatriota José Gaos publicou uma nota crítica originalmente intitulada “Deus nos livre das ‘ciências’ sociais”, em que advertia Medina Echavarría de que seu projeto de uma definição científica da sociologia equivalia a uma destruição das possibilidades da liberdade humana<sup>29</sup>. Gaos, que já na sua nota à propósito da aparição de *Ideologia e Utopia* havia colocado em dúvida a confiança de

<sup>28</sup> Cf. Mannheim (1936a). Originalmente o texto foi uma resenha de Mannheim sobre *Methods in Social Science* — de que Stuart A. Rice era organizador —, publicada em 1932 no *American Journal of Sociology*, vol. 38.

<sup>29</sup> Por decisão do editor do *El Noticiero Bibliográfico*, a nota foi publicada finalmente com o título de “Filosofia e sociologia”, em FCE (1941a, pp. 1-7).

Mannheim na suposta visão geral dos intelectuais, reprovava Medina Echavarría por uma excessiva assimilação da razão à ciência, ou mais precisamente a uma ciência fundada no modelo da ciência natural. Ao juízo de Gaos, uma sociologia entendida desta maneira terminava sendo outra expressão do domínio da sociedade pela técnica.

Meses depois Medina Echavarría respondeu à crítica de Gaos numa nota intitulada “Em busca da ciência do homem” — publicada originalmente em *Cuadernos Americanos* e incluída, mais tarde, em *Responsabilidade da inteligência* (1943). Em sua resposta argumentou que o caráter instrumental e antecipatório que ganhava uma sociologia cientificamente orientada não significava um dano para a liberdade. Certamente, o conhecimento dos resultados prováveis das ações terminava estreitando a margem das expectativas, porém, devido a isto mesmo, acrescentava sua potencialidade e segurança. As maiores probabilidades oferecidas à ação do ignorante — dizia Medina Echavarría repetindo o *dictum* de Max Weber — não implicam uma maior liberdade sobre o sábio circunscrito pelo conhecimento. Muito pelo contrário, uma maior liberdade nas decisões dos homens é uma função de sua capacidade para predizer e antecipar seus resultados. Neste sentido, as maiores ameaças e limitações à liberdade não teriam sua origem num mundo cientificamente orientado, mas em fatores extra-científicos, tais como a rotina, a tradição, a superstição e os instintos de poder. Estas mesmas convicções haviam levado Medina Echavarría a reclamar de uma relação estreita entre democracia e sociologia. Num ensaio consagrado à *Libertad y cultura*, de John Dewey — um autor pelo qual Mannheim mantinha uma profunda admiração e que havia recomendado aos editores da FCE — escreveu: “A democracia é um problema moral porque implica fé nas potencialidades variadas da natureza humana; porque afirma o valor e o respeito da personalidade; e porque mantém que uma cultura humanista é o que *deve* prevalecer. Porém, é também questão

de sociologia, de ciência, porque impõe o exame objetivo dos fatores reais que a tornam possível, e não em abstrato, porém aqui e agora” (Medina Echavarría, 1939, p. 269).

Em todo caso, o que esta polêmica trazia à tona era a existência de dois modelos de referência para as ciências sociais — o das humanidades, em um caso, e o da ciência, no outro —, tanto como a disputa pelo controle de alguns domínios de intervenção e de competência, especialmente moral e social, monopolizados até então pelas disciplinas tradicionais, como o direito e a filosofia. De fato, a “reconstrução da ciência social” proposta por Medina Echavarría, fundada sobre o modelo da ciência, erigia-se num desafio àquele monopólio, ao elevar a sociologia — na direção estabelecida por Mannheim — à categoria daquela forma de pensamento social capaz de oferecer aos homens os meios de orientação racional no contexto da nova sociedade industrial.

Contudo, sua fala em favor de uma “sociologia científica” não encontraria no México uma recepção de todo favorável. O Centro de Estudos Sociais que dirigiu no El Colegio de México somente funcionou por três anos — entre 1943 e 1946 — e os dezoito estudantes que participaram da experiência somente dois se graduaram. Certamente, sua saída precoce do México, em 1946, ocasionada por diferenças nunca totalmente esclarecidas com Cosío Villegas, conspirou contra as possibilidades de estabelecer e consolidar um programa nesta direção. Porém isto também revela que Medina Echavarría não tinha encontrado no México as condições propícias para o desenvolvimento deste programa. Em 1951, num fato bastante relevante para a história das ciências sociais no México, foi criada a Escuela Nacional de Ciencias Políticas y Sociales, na Universidad Nacional Autónoma de México, articulada sobre a base de quatro disciplinas: ciências sociais, ciência política, diplomacia e jornalismo. Dos 147

inscritos durante seu primeiro ano, somente três optaram por sociologia (Reyna, 1979), o que mostra que, não obstante os esforços realizados, a “sociologia científica” preconizada por Medina Echavarría não formava parte — e não formaria por um tempo — das expectativas dos estudantes de ciências sociais. Em todo caso, a frágil recepção da “sociologia científica” terminaria afetando, por transição, a recepção de Mannheim no México. E em certo modo também a de Max Weber, cuja difusão, patrocinada igualmente por Medina Echavarría nos mesmos anos, tampouco teve maior ressonância no México. Como já foi assinalado, a publicação, em 1944, de *Economía e Sociedad* —a primeira versão em língua estrangeira desta obra — não foi motivo de nenhum comentário ou debate, salvo entre a pequena comunidade de emigrados espanhóis (Zabludovsky, 1998; mais recentemente, Morcillo, 2008).

Ao contrário, uma ressonância mais favorável e uma audiência melhor predisposta à sua fala, Medina Echavarría encontraria nos países do Cone Sul, especialmente na Argentina, Chile e Brasil (Blanco, 2007). Em 1952 viajou ao Chile para incorporar-se à CEPAL, e poucos anos mais tarde assumia a direção da Escola Latino-Americana de Sociologia, da FLACSO, a primeira escola regional de sociologia na América Latina. Seus trabalhos de então, relativos aos aspectos sociais do desenvolvimento econômico e à planificação social, de clara inspiração *mannheimiana*, converteram-se rapidamente numa referência central desta nova agenda que seria constitutiva do desenvolvimento das ciências sociais do pós-guerra, a do desenvolvimento e da modernização. Ademais, *Sociología, teoría e técnica* seria saudado por Gino Germani como o livro que iniciou “a onda da sociologia científica na América Latina” e um fragmento daquele livro seria inscrito por Florestan Fernandes como epígrafe de seus *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (1953).

## **Gino Germani: a ciência e a luta antifascista**

Para o caso da Argentina, foi especialmente nos meios sociológicos onde a obra de Mannheim alcançou maior repercussão. Francisco Ayala, Miguel Figueroa Román e Gino Germani foram seus principais leitores, propagandistas e intérpretes. Ayala graduou-se em direito na Universidade de Madri, e assim como seu compatriota Medina Echavarría, prosseguiu seus estudos na Alemanha entre 1929 e 1931, mais precisamente em Berlin, sob o apadrinhamento de Hermann Heller. Com a derrota dos republicanos na Guerra Civil, radicou-se na Argentina e rapidamente se integrou ao circuito das instituições centrais da vida cultural argentina. Foi um assíduo colaborador dos meios liberais mais prestigiosos, como a revista *Sur* e o diário *La Nación*. Desde então e até 1950, quando mudou-se para Porto Rico, ensinou sociologia na Universidad del Litoral e no Colegio Libre de Estudios Superiores.

De forma paralela a suas atividades de ensino, e como já fora assinalado, Ayala desenvolveu, também na Argentina, uma importante tarefa de editor e tradutor à frente da primeira coleção de livros especializada em sociologia, a Biblioteca de Sociologia, da editora Losada. Durante sua permanência na Alemanha havia se familiarizado com a tradição da sociologia alemã e se converteria num dos seus principais tradutores e divulgadores (Blanco, 2006a). Na primeira metade dos anos 1940 publicou *Razón del mundo. Um examen de conciencia intelectual*, que, como tantos outros em sua geração, inquiria sobre a responsabilidade cabida aos intelectuais na “catástrofe em que atualmente se debate o mundo” (Ayala, 1944, p. 15). Nesta obra Ayala fundamentou suas reflexões sobre “a crise

social da classe intelectual” com os argumentos desenvolvidos por Mannheim em *Ideologia e Utopia* e *Liberdade e planificação*. Assim, a perda de prestígio e de ascendência social dos intelectuais tinha uma razão sociológica bem precisa: o incremento numérico da camada intelectual — fruto da extensão do ensino a setores cada vez mais amplos da sociedade — e a correlativa descensão de sua posição social. Em outros termos, o sacerdócio laico que a intelectualidade havia sido capaz de exercer nos moldes de uma profissão liberal no contexto de uma sociedade burguesa aberta e fluida, estava agora ameaçado pela crescente proletarização das atividades intelectuais. Porém, no momento de pronunciar-se sobre o papel do intelectual na nova situação, Ayala separava-se de Mannheim e adotava uma mudança de posição na linha de Julien Benda de *A traição dos intelectuais*. Assim, antes que agentes de uma síntese dinâmica das distintas perspectivas encarnadas pelos diferentes grupos sociais, os intelectuais deveriam preparar-se “mediante um disciplinado ascetismo mental, para receber a mensagem dos valores absolutos capazes de salvar a cultura, no instante preciso em que o giro da história permitir-lhes entrevê-los” (Ayala, 1944, p. 171).

Miguel Figueroa Román foi outra das figuras receptivas à obra de Mannheim. Advogado de formação, durante a primeira metade dos anos 1940 ensinou sociologia na Universidad Nacional de Tucumán e em 1945 fundou nesta última o Instituto de Sociografía e Planejamento. Crítico das concepções enciclopédicas e filosóficas da disciplina, insistiu na necessidade de incorporar a investigação empírica ao ensino da sociologia. Sentia uma profunda admiração pela sociologia norte-americana e estava a par das principais técnicas da investigação social. Suas principais preocupações giraram em torno das questões relativas à planificação social e o seu interesse por Mannheim vincula-se com o seu projeto de conectar o desenvolvimento da sociologia com a planificação social. Em 1946 publi-

cou um livro emblemático a este respeito, *Sociologia e Planificação*, no qual articulou uma visão da sociologia de clara filiação *mannheimiana*, como aquela ciência em condições de oferecer uma perspectiva integral ou de conjunto dos fenômenos sociais. Em sua opinião, a solução para os problemas sociais que a época enfrentava requeria o desenvolvimento de uma nova disciplina, a “planificação”, que somente a sociologia, dada a sua “visão integral” dos fenômenos sociais, estava em condições de admitir em seu seio. “Somente o sociólogo — dizia — pode assumir em equipe a função coordenadora dos distintos especialistas, engenheiros, arquitetos, economistas, higienistas, agrônomos, juristas, etc., os quais se encarregam de tarefas específicas, tanto nos estudos prévios como na concepção dos planos correspondentes a seus respectivos setores” (Figueroa Román, 1946, p. 10). De certo modo, a referência a Mannheim permitiu a Figueroa Román outorgar uma carta de “nobreza intelectual” a um *métier* que, como o da investigação social, era visto mais como uma técnica do que como uma ciência na comunidade dos sociólogos de então.

Contudo, foi sem dúvida nos escritos de Gino Germani que algumas das ideias de Mannheim encontraram um eco mais amplo e duradouro, ao mesmo tempo que um desenvolvimento mais sistemático. Durante toda a década dos anos 1940, a obra de Mannheim gravitou nos textos de Germani e foi uma das fontes formativas de sua visão do mundo moderno. Tal como Medina Echavarría e Francisco Ayala, durante estes anos Germani também desenvolveu uma extensa produção editorial como diretor das coleções *Ciência e Sociedade* e *Biblioteca de Psicologia Social e Sociologia*, nas editoras Abril e Paidós, respectivamente (Blanco, 2006a). Publicou, em alguns casos acompanhado de um prólogo, cinco títulos de Harold Laski, o padrinho intelectual de Mannheim na Inglaterra, e sete títulos da *International Library of Sociology and Social Reconstruction*, a coleção que Mannheim dirigia na Inglaterra. A presença deste último

também é evidente na programação de um curso sobre “Sociologia das elites” que Germani proferiu em meados dos anos 1940 no Instituto de Sociologia da Universidad de Buenos Aires, e especialmente nos pontos que se referiam à situação das elites numa sociedade de massas, problema que Mannheim, como é conhecido, havia desenvolvido *in extenso* em *Homem e Sociedade numa Era de Reconstrução*.

Na primeira metade dos anos 1940 a sociologia encontrava-se numa situação relativamente similar à do México. De fato, não obstante os primeiros sinais promissores de implantação institucional — em 1942 colocou-se em funcionamento o Instituto de Sociologia da Universidad de Buenos Aires e a sua primeira publicação oficial, o *Boletín del Instituto de Sociología* —, a inserção da sociologia no sistema universitário não era, todavia a de uma disciplina autônoma, mas sim “auxiliar” de, ou subordinada a, disciplinas tradicionais, em especial o direito e a filosofia. Uma morfologia rápida revela, ademais, que salvo algumas exceções a maioria daqueles que então tinham a seu encargo o ensino de sociologia eram advogados de formação e o ensino da sociologia era, para a grande maioria, uma atividade subsidiária de sua atividade principal. Inclusive a trajetória de alguns mostra que a carreira intelectual não estava dissociada de uma carreira política. Ademais, em termos intelectuais a disciplina era objeto de diversas representações e estava associada a distintas atividades intelectuais. A mesma produção intelectual destes anos atestava esta falta de unidade e direção intelectual: juntamente ao tratado e ao livro de texto conviviam o ensaio político, a história das ideias e, em menor medida, o informe de investigação.

Foi neste contexto que Germani, igual a Medina Echavarría, iniciou uma campanha em favor da conversão da sociologia numa ciência empírica. Karl Mannheim foi uma referência central nesta campanha. Toda-

via, no contexto de que preocupações Germani tornou seu o ideal da ciência? Que sentido tinha para Germani a reivindicação do título de uma ciência para a sociologia? Em princípio, um sentido instrumental. Em 1946 publicou o ensaio “Sociologia e planificação”, que era todo um programa para a disciplina e no qual defendeu e fundamentou uma visão da sociologia na direção estabelecida por Mannheim, ou seja, como aquela disciplina em condições de oferecer os meios racionais de orientação numa sociedade em crise. Germani apresentou sua defesa e fundamentação nos termos de uma reconstrução histórica das origens da ciência social, na qual procurou mostrar a existência de uma íntima vinculação entre o desenvolvimento da sociologia e o “movimento geral do mundo moderno até uma extensão progressiva do domínio da racionalidade”, que já não se restringia aos âmbitos tradicionais da economia e da administração, mas tendiam a abarcar a totalidade das relações sociais. Este processo de racionalização, do qual a planificação era a sua expressão contemporânea, havia posto em crise os quadros tradicionais da estrutura comunitária; e com ela os elementos de referência da ação social, o conhecimento recíproco e a tradição. Neste sentido, a nova situação colocava os homens diante “da necessidade de realizar escolhas deliberadas ali onde antes limitavam-se a seguir as pautas designadas pela tradição” (Germani, 1956a [1946], p. 140)<sup>30</sup>. Contudo, esta escolha exigia um conhecimento das forças coletivas que operavam como contexto da ação. Nos termos da sociologia do conhecimento de Mannheim, o nascimento da sociologia — dizia Germani — deveria ser compreendido, então, como uma resposta para aquela necessidade de escolha.

<sup>30</sup> As datas entre colchetes correspondem à edição original.

Assim, no contexto de uma crise da tradição, a sociologia era chamada a exercer uma função de orientação da ação. “Sociologia e ação social” seria precisamente o título que, dez anos mais tarde, Germani escolheria para denominar a terceira seção de *La sociología científica. Apuntes para su fundamentación*, na qual incluiu o ensaio que estamos comentando. Porém, a própria possibilidade desta função de orientação exigia — a seu juízo — a conversão da sociologia numa ciência positiva, empírica e indutiva, pois somente deste modo estaria em condições de descobrir uniformidades de conduta cujo conhecimento poderia ingressar na elaboração de estratégias de planificação. “A sociologia — escrevia — não pode deixar de ser uma ciência empírica e indutiva se verdadeiramente deseja cumprir sua função orientadora numa sociedade que caminha para a planificação” (Germani, 1956a [1946], p. 147). Por outro lado, uma concepção da sociologia orientada a escrutinar o significado dos fenômenos sociais sobre a base do pressuposto de seu caráter único, individual e irrepetível, fechava a possibilidade de vincular sociologia e planificação. Portanto, ao conectar o surgimento da sociologia com o processo mais geral de racionalização, a sociologia do conhecimento *mannheimiana* oferecia a Germani a possibilidade de legitimar sua defesa de uma sociologia científica sobre a base de suas potencialidades práticas a respeito das possibilidades de um controle racional da vida social.

Porém, aquela reivindicação da ciência tinha, igualmente, uma conotação decididamente política e era parte de um debate, próprio destes anos, sobre as relações entre *ethos* científico e democracia como uma preocupação dos intelectuais antifascistas por reafirmar a ideia de que a ciência e a democracia encarnavam os mesmos valores anti-autoritários<sup>31</sup>.

<sup>31</sup> Os parágrafos seguintes reproduzem, com ligeiras modificações, um argumento desenvolvido em Blanco (2006b).

Tanto uma como a outra — se dizia — compartilhavam qualidades tais como a liberdade de pensamento e o respeito pela dignidade da pessoa humana. De fato, foi especialmente no mundo anglo-saxão que os intelectuais anti-fascistas participaram de um intenso e agitado debate que o então jovem Robert Merton qualificou como “um conflito revolucionário das culturas, e no qual aqueles que insistiram em que o empreendimento científico era a expressão de uma cultura política democrática”. John Dewey, Morris Cohen, Walter Lippmann e Horace Kallen foram seus mais firmes proponentes, ainda que não os únicos. Filósofos como Sidney Hook e Ernest Nagel e cientistas sociais como Robert Mclver, Melville Herskovitz, Robert Lynd e Margaret Mead, contam-se também entre seus porta-vozes. Em alguns textos destes anos, porém especialmente em *Freedom and Culture* — traduzido por uma editora rosarina, em 1946 — Dewey, que já nesta época havia se convertido num intelectual influente em alguns círculos de pensamento locais (Blanco, 2006a), havia colocado em relevo algo como o código moral da ciência caracterizado por uma disposição favorável a conservar as crenças em suspenso e a manter a dúvida até a conquista da evidência; a chegar até onde a evidência aponta ao invés de admitir uma conclusão ditada por uma preferência pessoal, e a empregar as ideias como hipóteses sujeitas à prova antes que como afirmações dogmáticas.

Nesta época, esta postulação das afinidades entre o *ethos* da ciência e o *ethos* da democracia adotaria, na reflexão de Robert Merton, a forma de um argumento sociológico. Em “A Note on Science and Democracy” (1955) [1942], escrito no contexto de uma consideração explícita da relação do nazismo com a ciência, Merton declarava que “a rebelião contra a ciência (...) impõe agora a atenção tanto do cientista como do profano” e tem conduzido os cientistas a reconhecerem sua dependência de determinados tipos de estruturas sociais. Ainda admitindo o caráter hesi-

tante dos resultados da investigação neste terreno e consciente de que o cultivo da ciência não se limitava à democracia (diferentes estruturas sociais, de fato, deram apoio às atividades científicas), Merton acreditava ter encontrado, sem dúvida, alguma base para a suposição provisória de que “à ciência se oferece oportunidade de desenvolvimento numa ordem democrática integrada com o *ethos* da ciência” (Merton, 1995 [1942], p. 638). O exame da estrutura normativa da ciência era para Merton a melhor prova de que a ciência constituía a expressão de uma cultura política democrática. E, em especial, a norma do “universalismo”, que Merton contrastou categoricamente com o nazismo e à qual consagrou, não casualmente, uma atenção maior diante às demais normas restantes (comunismo, desinteresse e ceticismo organizado). E Merton era bastante consciente da significação política da norma do universalismo na ciência, ou seja, da declarada determinação dos cientistas em ignorar atributos particularistas tais como raça, nacionalidade, religião, classe e qualidades pessoais no momento de avaliar a validade de um conjunto de proposições e adotar, em seu lugar, critérios impessoais e objetivos de validação (Hollinger, 1983). “Ainda que se coloque inadequadamente em prática — dizia Merton — o *ethos* da democracia compreende o universalismo como princípio orientador predominante. A democracia equivale à eliminação progressiva de restrições ao exercício e desenvolvimento de talentos socialmente valorizados. (...) Na medida em que persistam estas restrições, devem ser consideradas como obstáculos no caminho da democratização total. (...) Na medida em que uma sociedade é democrática, oferece lugar para o exercício de critérios universalistas na ciência” (Merton, 1995 [1942], p. 641-2).

O compromisso de Germani com a ciência deve ser interpretado tanto no contexto deste debate quanto no de sua participação numa “comunidade de discurso” à qual sentia-se muito próximo. Inicialmente, como

editor, tinha publicado obras de John Dewey, Walter Lipmann, Morris Cohen e Margaret Mead, e nos anos 1940 fazia parte da comunidade italiana antifascista na Argentina. Italiano de origem, tinha chegado na Argentina em 1934 depois de cumprir uma condenação de quatro anos de confinamento por suas atividades anti-fascistas. Já na Argentina consagrou à problemática do fascismo uma série de artigos em diversas publicações da comunidade italiana local. Quando a Itália entrou na guerra, e como consequência das divisões que se produziram entre os exilados italianos na Argentina, fez parte do grupo de italianos anti-fascistas que se separaram da Associação Cultural Italiana Dante Alighieri e criaram a Associação Nova Dante. Em meados dos anos 1940 a nova associação lançou a edição de *Italia Libre*, um semanário bilingue que era impresso nas oficinas gráficas do diário socialista *La Vanguardia* (Fanesi, 1994).

Contudo, estava consciente, ainda, de outra grande via pela qual transitava esta reivindicação da ciência como um ideal cognitivo e político-cultural, a do neopositivismo, que a partir dos anos 1930 se converteria numa importante fonte de inspiração de todos aqueles que procuravam converter a sociologia numa “ciência”. Seus principais proponentes foram Carl Hempel — autor, juntamente com Morris Cohen, de *El método científico* — Herbert Feigl, Rudolph Carnap, John von Neumann, Philip Frank e Hans Reichenbach — autor, este último, de um dos manifestos do movimento, *La filosofía científica*, traduzido pela FCE em 1953. Em 1956 Germani publicou dois títulos que provam sua participação nesta comunidade de discurso: *A sociedade aberta e seus inimigos*, de Karl Popper, e *Razão e natureza. Um ensaio sobre o significado do método científico*, de Morris Cohen. Ainda assim, as palavras que se seguem no prólogo da edição desta última obra revelam a natureza eminentemente política do debate em torno da ciência. O impacto da Primeira Guerra, dizia, minou “a fé na razão (...) para assegurar ao homem um crescente e indefinido desenvolvimento de sua própria humanidade, de seus *valores univer-*

sais como ser humano. Já sabemos o que ocorreu depois. (...) A humanidade foi substituída pela raça, pela classe ou pela nação; (...) a livre discussão de ideias, a qual supunha-se, havia de levar à verdade através de procedimentos discursivos racionais, foi substituída pela propaganda potencializada pelos meios de difusão...” (Germani, 1956b, p. 1).

De tal maneira que esta reivindicação por uma sociologia científica era parte de um programa político-cultural mais ambicioso, o de uma “cultura cientificamente orientada” no contexto de uma batalha cultural (*Kulturkampf*) na qual a Argentina destes anos enfrentava a cultura laica com uma cultura católica, então em ascensão nos meios intelectuais locais, e especialmente nos meios sociológicos. De fato, desde finais dos anos 1930 em diante, diversas figuras intelectuais do mundo católico articularam um potente ataque contra as tentativas de se fazer da sociologia uma ciência empírica ou positiva (Blanco, 2006a). Tal ataque era parte de uma ofensiva política e cultural mais ampla contra as distintas expressões do laicismo, e em especial, contra os princípios da reforma universitária. Com o golpe militar de junho de 1943 tal ofensiva alcançaria dimensão institucional. O novo regime militar sancionou o caráter obrigatório do ensino religioso e na Universidad de Buenos Aires o diploma de doutor em Teologia foi reconhecido como título que habilitava para o ensino da filosofia, da psicologia moral e do latim. Com a ascensão do peronismo ao poder, em 1946, o conjunto dos professores que tinham a seu encargo o ensino da sociologia nas diversas universidades do país experimentou uma mudança morfológica significativa como consequência da intervenção violenta do novo governo nas universidades. Na sua grande maioria, estes novos professores tinha uma sólida militância no movimento católico e tinham sido colaboradores dos principais semanários católicos e nacionalistas da década de 1930 e 1940. Em algumas das expressões dos principais porta-vozes desta concepção metafísica da sociologia, esta última adquiriu os

traços de uma crítica conservadora do mundo moderno. Aí estavam os temas clássicos do conservadorismo do século XIX, mesclados com motivações orteguianas, muito recorrentes, ainda assim, na literatura sociológica do período: uma crítica à tradição liberal-individualista-utilitária e a reivindicação de uma recuperação e restauração dos valores do mundo clássico e do cristianismo, uma crítica ao caráter impessoal da vida nas grandes cidades e à conseqüente desumanização do homem, a redução deste último ao fazer técnico, e a reivindicação da hierarquia, da família e das associações intermediárias.

Num ensaio destes anos, um dos professores de sociologia da Universidad de Buenos Aires escreveu: “Nossa educação não leva em conta esta categoria política tão importante como é a de chefia, nem se interessa pela formação da consciência do chefe, em todo rapaz. Todo cidadão deve saber mandar e obedecer numa autêntica democracia. (...) O rapaz é chefe, não somente no grupo familiar mas nos diversos setores da sociedade. É notória a menor capacidade da mulher para a filosofia, para ‘viver’ o objetivo, o transcendente intelectual” (Pichón Rivière, 1948, pp. 46-7 e 60). Ainda que concepções diferentes do mundo social foram articuladas inclusive por aqueles que, não obstante, compartilhavam um solo cultural comum — a cultura católica —, esta última declaração revela, ao menos de modo aproximado, o clima ideológico no qual teve lugar o ensino de sociologia durante a segunda metade dos anos 1940 e a primeira metade dos anos 1950. Neste sentido, a publicação, por parte de Germani de uma obra “menor”, como “*O caráter feminino. História de uma ideologia*”, de Viola Klein, somente adquire pleno sentido quando inserida no contexto deste novo clima ideológico e como parte daquela *Kulturkampf*. A obra, que constava na coleção dirigida por Mannheim com um prólogo deste último (reproduzido na edição castelhana), foi publicada por Germani em 1951 e apresentada aos leitores hispânicos como “um

exemplo elegante da aplicação concreta do método de investigação formulado e pro- pugnado por ele — Mannheim —, ao mesmo tempo que continha os princípios fundamentais de sua sociologia do conhecimento” (Germani, 1951a, p. 7). Os termos da apresentação da edição castelhana redigida por Germani eram deliberadamente polêmicos: “quais são — dizia — os traços da personalidade feminina que nascem com a mulher e quais são aqueles que são somente produto de sua situação histórica e social? Existem, na realidade, qualidades especificamente femininas? A mulher é mais ou menos inteligente do que o homem? Suas aptidões são diferentes às deste?”. Os termos desta apresentação revelam que a edição desta obra, e por conseguinte a referência a Mannheim nela, eram parte de uma batalha cultural travada não somente no terreno disciplinar, mas também no terreno mais geral da cultura e em favor de uma moral secular sociologicamente informada.

Contudo, o interesse de Germani pela obra de Mannheim não se limitaria às possibilidades abertas por uma visão pragmático-empírica da disciplina e conectada com as tarefas da planificação social. Tal interesse também alcançaria a necessidade — destacada com insistência por Mannheim — de incorporar os ensinamentos de Freud à explicação dos fenômenos sociais em geral, porém, mais especificamente o fenômeno do totalitarismo. Já em meados dos anos 1930, de fato, Mannheim havia assinalado a necessidade de transcender o ilhamento da sociologia em favor de uma unificação com outras ciências sociais, em especial com a psicologia. A compreensão das atitudes e das motivações da ação exigia, segundo o seu juízo, um desenvolvimento de uma “psicologia sociológica”<sup>32</sup>. Desde a

<sup>32</sup> Cf. Mannheim (1936b). O ensaio refere-se a uma conferência proferida por Mannheim na Inglaterra, em 1936.

sua emigração para a Inglaterra, e em parte por influência de sua esposa, psicanalista de profissão, a psicanálise tinha adquirido um lugar cada vez mais relevante em seus trabalhos no contexto de seu interesse por um tratamento mais sistemático dos aspectos psicológicos do processo social. A partir de então Mannheim começou a familiarizar-se com os escritos de Freud e de seus seguidores europeus e norte-americanos, e em especial das versões mais sociológicas promovidas pelo movimento do “revisionismo psicanalítico”. Estava convencido de que a análise das fontes sociais e institucionais da “insegurança coletiva” e das ansiedades que acometiam o homem moderno deveriam ser encaradas, também, a partir de um ponto de vista psicológico. Chegou a pensar, inclusive — e em parte por influência da obra de Harold Lasswell, *Psicopatologia e Política* — que o fascismo e a guerra deveriam ser vistos, ao menos em parte, como um problema de psicopatologia. Mais tarde, e já à frente da International Library of Sociology and Social Reconstruction, Mannheim abriria uma secção dedicada ao tema, intitulada precisamente *Sociology and Psychology of the Present Crisis*. Nestes mesmos anos, como é conhecido, o Instituto de Investigações Sociais da Universidade de Frankfurt empreendia uma investigação da teoria social numa direção similar e à qual Germani, como demonstrado em outra ocasião, estava igualmente atento (Blanco, 2006a).

Um feito bastante expressivo da importância que Germani atribuía a esta dimensão de análise constitui sua edição, em 1947, de *O medo à liberdade*, de Erich Fromm, que procurava explicar as razões da ascensão do nazismo ao poder a partir do ponto de vista de um enfoque sociopsicológico. A obra, traduzida pelo próprio Germani e acompanhada de um prólogo, havia sido publicada por Mannheim na mencionada secção de *Sociology and Psychology of the Present Crisis* da *International Library of Sociology and Social Reconstruction*. Poucos anos mais tarde Germani publicaria outro título da coleção de Mannheim, que, ainda mais programático, caminhava na mesma direção: *Psicanálise e Sociologia*, de W.

Hollitscher. Por conta disto não é surpreendente o contato que Germani manteve nestes anos com as investigações do Instituto de Investigação Social da Universidade de Frankfurt, em especial aqueles concernentes ao fenômeno do autoritarismo moderno, e que tinham em comum com a obra de Mannheim e de Fromm esta subestrutura caracteristicamente alemã de teoria social e psicologia (Hughes, 1977). Em todo caso, o certo é que daqui em diante a reflexão de Germani sobre a relação entre psicanálise e sociologia como o projeto mais geral de edificação de uma renovada psicologia social estaria no centro de suas preocupações (Blanco, 2006b).

A obra de Mannheim, *last but no least*, proporcionou a Germani não somente uma visão da disciplina, mas também um novo vocabulário — sociedade de massas, industrialização, racionalização, planificação — e uma série de chaves interpretativas relativas à natureza da sociedade moderna. Na visão de Mannheim — a qual Germani tomara para si — essas chaves remetiam aos processos de racionalização e interdependência crescente entre as partes. Segundo Mannheim, um dos problemas que as sociedades modernas enfrentavam estava radicado no desenvolvimento assimétrico da racionalidade funcional e da racionalidade substantiva. De acordo com o autor, a primeira é aquela que prevalece numa organização das atividades humanas nas quais os homens se convertem em parte de um processo mecânico em que a cada um é atribuída uma posição e um papel funcionais; a segunda, por outro lado, faz alusão aos atos do pensamento capazes de capturar a conexão ou interdependência dos diferentes elementos que compõem uma situação social. “A industrialização crescente — escrevia Mannheim — forçosamente favorece somente a racionalidade funcional, ou seja, a organização das condutas dos membros de uma sociedade em certos terrenos. Porém, não exige na mesma medida a “racionalidade substancial”, ou seja, a faculdade de atuar em situações dadas com capacidade de juízo com base na própria inteligência das conexões”

(Mannheim, 1984, p. 44). De tal modo que o predomínio da racionalidade funcional, capaz somente de proporcionar os meios mais eficazes para alcançar determinados fins, porém incapaz de prover uma orientação moral e normativa, teria como consequência a privação aos homens da capacidade de exercer um controle sobre os processos sociais. Agora, se tal desproporção ou desenvolvimento assimétrico da racionalidade era problemática, era precisamente à luz dos dois traços novos, que, segundo Mannheim, caracterizavam a moderna sociedade de massas: a participação progressiva das massas na vida política e social e o caráter crescentemente interdependente das diversas esferas da vida social. Conseqüentemente, uma distribuição desigual dos hábitos racionais de pensamento erigiam-se numa ameaça à sua estabilidade. “Nossa ordem social atual — advertia Mannheim — entrará em colapso caso o domínio e autodomínio racional do homem não seguir os passos do desenvolvimento técnico” (Mannheim, 1984, p. 26).

Em alguns escritos destes anos, especialmente em “Anomia e desintegração social” (1945), Germani articulou uma visão da crise do mundo moderno na direção estabelecida por Mannheim (acima comentada). Em princípio, antes da implantação da própria razão — ou da racionalização —, tal crise deveria ser atribuída a um desenvolvimento unilateral desta última, que vinha a se expressar na existência — assinalada com insistência por Mannheim — de um desajuste ou uma desproporção entre o nível alcançado pelo homem no conhecimento e domínio da natureza e o predomínio da irracionalidade da vida social e moral. Dito de outra forma, a racionalidade alcançada na esfera científico-tecnológica não vinha acompanhada de uma organização racionalmente equivalente das capacidades humanas. Em termos mais decididamente sociológicos, a crise da sociedade moderna era o produto das tensões originadas como consequência da emergência da moderna sociedade de massas ou do processo mais geral denominado por Mannheim “democratização fundamental”, e que

implicava a ampliação da participação social e política a setores sociais anteriormente dela excluídos. Se esta incorporação das massas à vida social e política deveria ser creditada como parte de um processo de natureza emancipatória, ela semearia, não obstante, o problema da integração e adaptação dos setores emergentes às novas formas de vida caracterizadas pelo predomínio das grandes organizações de massas e o correlativo desaparecimento das formas tradicionais de integração. A incorporação das massas ao sistema político deveria, então, ocorrer em paralelo a uma extensão da racionalidade em esferas da conduta nas quais antes dominava a aceitação dos dizeres da tradição e do costume. Foi no contexto deste esquema mais geral de cunho *mannheimiano* que Germani elaboraria, anos mais tarde, sua interpretação tanto do peronismo quanto dos movimentos nacional-populares da América Latina.

## Epílogo

As considerações feitas nas seções precedentes permitem extrair algumas conclusões relativas às modalidades de difusão e apropriação da obra de Mannheim no processo de formação da sociologia na América Latina. Em princípio, sua difusão entre nós inscreveu-se no contexto de uma disciplina em formação, como da existência de diversas apostas e projetos intelectuais para a ciência social. De fato, até os anos 1940 a emergência de uma série de instituições especializadas nos estudos sociológicos, assim como de publicações especializadas, sociedades acadêmicas e um mercado de livro especializado atesta a existência de um campo em formação. Por certo, e não obstante esta progressiva implantação institucional, a sociologia tinha, todavia, uma posição marginal no sistema acadêmico. Seu ensino era realizado no contexto de disciplinas

ja existentes, em especial o direito e a filosofia. Em qualquer caso, foi neste contexto que surgiu uma série de reivindicações dos ideais intelectuais da disciplina que se resumiriam no projeto de fazer da sociologia uma ciência empírica e analítica. Um componente importante daquela renovação foi a invocação da sociologia norte-americana como um modelo de referência. As simpatias manifestas de Mannheim para a tradição da sociologia norte-americana, não obstante suas reservas, foram sem dúvida um elemento que incidiu favoravelmente em sua recepção.

Ainda assim, a recepção de Mannheim abriu para esta geração de sociólogos a possibilidade de articular uma concepção da ciência social, teórica ao mesmo tempo que pragmática, e conectadas com as tarefas práticas de uma ilustração da vontade política. Num contexto de disputa sobre a identidade da disciplina, a obra de Mannheim — que seria invocada quase exclusivamente pelos membros da nova geração como um instrumento de combate diante das concepções da sociologia que julgavam enciclopédicas ou tradicionais — ofereceu a esta geração o sentido enfático de uma “missão” para a ciência social, a de intervir no controle e na orientação dos processos de mudança social e transcender, desta maneira, a posição que até então o sistema acadêmico lhes reservara, a de professores a serviço da formação escolar ou enciclopédica dos estudantes das carreiras tradicionais. Deste modo, Mannheim proporcionou uma série de ideais utópicos e, com ele, os elementos de uma nova ideologia profissional que os *outsiders* empunhariam contra os já “estabelecidos” com a finalidade de legitimar não somente sua condição de novos produtores culturais, como também sua reivindicação a uma autoridade superior nos assuntos concernentes à natureza do homem e da sociedade.

A própria possibilidade desta “missão”, está claro, fundava-se numa nova visão da sociedade e de seus problemas ou, o que é melhor, num conceito enfático de sociedade. “Nosso tempo é social por excelência — assinalava Medina Echavarría —, no sentido de uma consciência clara em alguns, ou de uma percepção menos turva em outros, da importância do social para a vida humana”. Aquela nova visão — que tanto Medina Echavarría quanto Germani herdaram de Mannheim — era a de um universo social altamente interdependente e em contínua transformação por obra da racionalização. A este respeito, nas páginas finais de *Sociologia, teoria e técnica*, Medina Echavarría escreveu: “A passagem para uma estrutura social que já não permite deixar ao azar o ajuste de seus problemas parciais, traz a necessidade de que as ciências humanas abandonem definitivamente as atitudes com que até então vinham operando. E esta nova atitude necessita estar dominada pelas ideias de interdependência e funcionalidade” (Medina Echavarría, 1941a, p. 189). Num universo social desta natureza, a predição tornava-se uma tarefa criticamente importante, precisamente a raiz do caráter onipresente e incessante da transformação. Tratava-se, então — como diria Germani repetindo um *dictum* de Mannheim —, de descortinar “os *principia media* que regem o equilíbrio e a dinâmica dos fatos sociais num acontecer historicamente determinado” (Germani, 1951b, p. 4). Todavia, e por esta mesma razão, esta tarefa se tornava extremamente difícil, precisamente por conta da natureza interdependente dos eventos sociais. Em consequência, a própria predição somente poderia ser alcançada ao cabo de uma exaustiva investigação empírica e sempre por meio de tentativas e probabilidades. Em todo caso, esta era uma tarefa que demandava uma reforma intelectual e ao mesmo tempo organizativa da ciência social: a conversão da sociologia numa ciência empírica e analítica e o abandono de um cultivo *amador* da ciência social em proveito da formação de uma comunidade disciplinar e de investigação, regida por um conjunto de normas, procedimentos, valores e critérios acadêmicos e científicos de validação.

Neste sentido, a importância de Mannheim nos anos de formação da sociologia moderna na América Latina deve ser atribuída não somente aos instrumentos cognitivos que proporcionou, mas também aos elementos de auto-identidade com os quais esta nova geração de cientistas sociais definiu sua posição tanto no contexto mais geral da elite intelectual como no campo mais particular das ciências sociais. Assim, na concepção *mannheimiana* de uma ciência social consagrada às tarefas da “planificação social” — uma fórmula que pouco depois seria substituída pela do “desenvolvimento econômico” —, esta geração de sociólogos encontrou uma maneira de comprometer a sociologia com as questões do debate público, ao mesmo tempo que um modo de disputar a autoridade intelectual com a elite tradicional em nome de uma nova *expertise* intelectual. Neste sentido, a difusão de Mannheim na América Latina foi parte de um processo mais vasto que acompanhou e contribuiu parcialmente para legitimar: o processo de uma nova divisão social do trabalho intelectual, e a correlativa formação de uma nova *intelligentsia*, a dos cientistas sociais, aglutinados em torno de uma visão comum da ciência social e cuja defesa de uma sociologia “cientificamente” orientada seria parte de um compromisso cultural e político mais amplo: o de uma modernização e democratização dos países da região (Blanco, 2007). Em suma, a gravitação de Mannheim nesta geração de cientistas sociais foi sem dúvida um elemento decisivo de sua auto-representação como a *intelligentsia* do mundo moderno.

Para além disto, o modelo *mannheimiano* do *sociólogo engajado* ofereceu para alguns deles a oportunidade de traduzir e articular num discurso intelectual suas inquietudes políticas ao redor do futuro da democracia no contexto de uma sociedade de massas, ao passo que a possibilidade de transcender os muros da academia aos que até então haviam confinado o discurso da sociologia. Curiosamente, e não obstante as diferen-

ças de formação e de trajetória intelectual, as duas figuras intelectuais que adotaram de modo mais vigoroso a visão *mannheimiana* da ciência social — Medina Echavarría e Germani — tinham algo em comum: a experiência do totalitarismo e/ou a emergência de regimes políticos que desafiaram o liberalismo e puseram em crise a democracia. Tal experiência marcaria profundamente suas trajetórias sociais. Medina Echavarría, que participou ativamente na vida política da república espanhola, teve que exilar-se no México como consequência da derrota daquela nas mãos dos franquistas. Germani abandonou seu país de origem após quatro anos de confinamento por suas atividades anti-fascistas. Neste sentido, sua recepção de Mannheim esteve mediada por compromissos intelectuais e políticos mais amplos que os estritamente disciplinares.

## Referências

ANDERSEN, Danny J. Creating Cultural Prestige. Editorial Joaquín Mortiz. **Latin American Research Review**, n. 32, v. 2, 1996.

ARGUEDAS, Ledda & LOYO, Aurora. La institucionalización de la sociología en México. In: ARGUEDAS, L. (Org.). **Sociología y ciencia política en México (un balance de veinticinco años)**. México: UNAM, 1979.

AYALA, Francisco. **Razón del mundo: un examen de conciencia intelectual**. Buenos Aires: Losada, 1944.

BLANCO, Alejandro. Max Weber na sociologia argentina (1930-1950). **Dados - Revista de Ciências Sociais**, IUPERJ, n. 4, 2004..

\_\_\_\_\_. **Razón y modernidad. Gino Germani y la sociología en la Argentina**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006a.

\_\_\_\_\_. ***Gino Germani: la renovación intelectual de la sociología.*** Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2006b.

\_\_\_\_\_. Ciências Sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965). ***Tempo Social - Revista de Sociologia da USP***, v. 19, n. 01, 2007.

COSER, Lewis. Karl Mannheim, 1893-1947. In: COSER, L. (Org.). ***Masters of Sociological Thought: Ideas in Historical and Social Context.*** Nueva York: Harcourt Brace and Company, 1977.

DE IMAZ, José Luis. ***Promediando los cuarenta.*** Buenos Aires: Sudamericana, 1977.

DÍAZ ARCINIEGA, Víctor. ***Historia de la casa, Fondo de Cultura Económica (1934-1996).*** México: FCE, 1996.

ELIAS, Norbert. ***Norbert Elias par lui-même.*** Paris: Fayard, 1991.

FANESI, Pietro Rinaldo. ***El exilio antifascista en la Argentina.*** Buenos Aires: CEAL, 1994.

FERNANDES, Florestan. As Publicações Póstumas de Karl Mannheim. In: FERNANDES, F. ***Ensaio de sociologia geral e aplicada.*** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

FIGUEROA ROMÁN, Miguel. ***Sociografía y planificación.*** Tucumán: Universidad Nacional Autónoma de Tucumán, 1946.

FLOUD, Jean. Karl Mannheim (1893-1947). In: RAISON, Timothy (Org.). ***The Founding Fathers of Social Science.*** Londres: Penguin Books, 1969.

FCE. ***El noticiero bibliográfico***, v. 2, n. 8, vebrero, 1941b.

\_\_\_\_\_. **El noticiero bibliográfico**, v. 2, n. 51, octubre, 1941a.

\_\_\_\_\_. **Autores y traductores del exilio español en México**. México: FCE, 1999.

GAOS, José. El libro de nuestros días. **El noticiero bibliográfico**, v. 2, n. 49, octubre, 1941.

GERMANI, Gino. Anomia y desintegración social. **Boletín del Instituto de Sociología**, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, n. 4, 1945.

\_\_\_\_\_. Presentación de la edición castellana. In: KLEIN, Viola. **El carácter femenino: historia de una ideología**. Buenos Aires: Paidós, 1951a.

\_\_\_\_\_. Presentación de la edición castellana. In: HOLLISCHER, Walter. **Psicoanálisis y sociología**. Buenos Aires: Paidós, 1951b.

\_\_\_\_\_. La sociología científica: apuntes para su fundamentación. **Cuadernos de Sociología**, México, UNAM, 1956a.

\_\_\_\_\_. Prólogo. In: COHEN, Morris R. **Razón y naturaleza: un ensayo sobre el significado del método científico**. Buenos Aires: Paidós, 1956b.

GIROLA, Lidia & OLVERA, Margarita. La sociología en México en los años cuarenta y cincuenta. In: LEAL, J. F. & GIROLA, L. (Orgs.). **Estudios de teoría e historia de la sociología en México**. México: UAM, 1998.

GURRIERI, Adolfo (Org.). **La obra de José Medina Echavarría**. Madrid: Cultura Hispánica, 1980.

HIRSCHHORN, Monique. **Max Weber et la sociologie française**. Paris: L'Harmattan, 1988.

HOLLINGER, David. The Defense of Democracy and Robert Merton's Formulation of the Scientific Ethos. In: JONES, Robert Alun & KUKLICK, Henrika (Orgs.). **Knowledge and Society: Studies in the Sociology of Culture Past and Present**. Londres y Connecticut: JAI Press, 1983.

HUGHES, Stuart H. **The Sea Change. The Migration of Social Thought, 1930-1965**. Nueva York: McGraw-Hill, 1977.

KÄSLER, Dirk. The Reception of Weber's Work During his Lifetime. In: KÄSER, Dirk. **Max Weber: an Introduction to his Life and Work**. Cambridge: Polity Press, 1988.

KETTLER, David & MEJA, Volker. 'That Typically German Kind of Sociology which Verges towards Philosophy': the Dispute about *Ideology and Utopia* in the United States. **Sociological Theory**, v. 12, n. 3, 1994.

KETTLER, David; MEJA, Volker & STEHR, Nico. **Karl Mannheim**. México: FCE, 1995.

KECSKEMETTI, Paul. Introducción. In: MANNHEIM, Karl. **Ensayos sobre sociología y psicología social**. México: FCE, 1963.

LIDA, Clara & MATESANZ, José Antonio. **El Colegio de México: una hazaña cultural (1940-1962)**. México: El Colegio de México, 1990.

LIRA, Andrés. José Gaos y José Medina Echavarría, la vocación intelectual. **Estudios Sociológicos**, v. IV, n. 10, 1986.

\_\_\_\_\_. Autobiografía, humanismo y ciencia en la obra de José Medina Echavarría. **Historia Mexicana**, v. 39, n. 153, 1989.

LÓPES CAMPILLO, Evelyne. **La Revista de Occidente**. Madrid: Taurus, 1972.

MANNHEIM, Karl. La sociología alemana (1918-1933). **Tierra firme**, n. 1, Madrid, 1935.

\_\_\_\_\_. Sociología norteamericana. In: KECSKEMETI, Paul (Org.). **Ensayos sobre sociología y psicología social**. México: FCE, 1936a.

\_\_\_\_\_. El lugar de la sociología. In: KECSKEMETI, Paul (Org.). **Ensayos sobre sociología y psicología social**. México: FCE, 1936b.

\_\_\_\_\_. **El hombre y la sociedad en la época de crisis**. Buenos Aires: Leviatán, 1984.

MEDINA ECHAVARRÍA, José. La investigación social en los Estados Unidos. **Revista Mexicana de Sociología**, Año 1, n. 3, 1939.

\_\_\_\_\_. **Panorama de la sociología contemporánea**. México: La Casa de España em México, 1940a.

\_\_\_\_\_. Nuestra obra de sociología. **El noticiero bibliográfico**, FCE, v. 2, n. 3, diciembre, 1940b.

\_\_\_\_\_. **Sociología: teoría y técnica**. México: FCE, 1941a.

\_\_\_\_\_. Plan de trabajo para 1941 del Dr. José Medina Echavarría. **Fondo de El Colegio de México**, sección Archivos institucionales, subsección Fondo antiguo, caja 15, exp. 9, fojas 10, 14, 20, 21 y 22, 1941b.

\_\_\_\_\_. Responsabilidad de la inteligencia. **El noticiero bibliográfico**, v. 2, n. 24, junio, 1941c.

\_\_\_\_\_. **Responsabilidad de la inteligencia.** México: FCE, 1943.

\_\_\_\_\_. **Acerca de los tipos de inteligencia.** In: MEDINA ECHAVARRÍA, José. **Presentaciones y planteos: papeles de sociología.** México: Instituto de Investigaciones Sociales - Universidad Nacional, 1953.

\_\_\_\_\_. Sentido y función de la sociología. **Estudios Sociológicos**, v. IV, n. 10, 1986.

MERTON, Robert. **Teoría y estructura sociales.** México: FCE, 1995.

MORCILLO LAÍZ, Álvaro. Historia de un fracaso: individuos organizaciones y la sociología weberiana em México (1937-1957). **Sociológica**, n. 67, 2008.

ORGAZ, Raúl. El problema de la realidad de lo social. **Cursos y Conferencias**, ano 1, n. 12, 1932a.

\_\_\_\_\_. **La ciencia social contemporánea.** Buenos Aires: Cabaut y Cía, 1932b.

PICHÓN RIVIÉRE, Juan. **Medida política del hombre.** Buenos Aires: El Ateneo, 1948.

PLATT, Jennifer. The United States Reception of Durkheim. **Sociological Perspectives**, v. 38, n. 1, 1995.

POLLAK, Michael. Max Weber en France. L'itinéraire d'une oeuvre. **Cahiers**, n. 3, 1986.

POVIÑA, Alfredo. La sociología relacionista. **Cursos y Conferencias**, ano 2, núms. 8 y 12, 1933.

\_\_\_\_\_. **La sociología como ciencia de realidad.** Córdoba: Imprenta de la Universidad, 1939.

\_\_\_\_\_. **Historia de la sociología en Latinoamérica.** México: FCE, 1941a.

\_\_\_\_\_. La metodología sociológica de Max Weber. **Revista de la Universidad Nacional de Córdoba**, núms 7 y 8, 1941b.

REYNA, José Luis. La investigación sociológica en México. In: ARGUEDAS, L. (Org.). **Sociología y ciencia política en México (un balance de veinticinco años).** México: UNAM, 1979.

\_\_\_\_\_. An Overview of the Institutionalization Process of Social Sciences in México. **Social Science Information**, v. 14, núms. 2 y 3, junio-septiembre, 2005.

SHELTING, Alexander von. Review of *Ideologie und Utopie*, by Karl Mannheim. **American Sociological Review**, v. 1, n. 4, 1936.

SCHMIDT-KOCH, Ria. **Filosofía alemana traducida al español.** Buenos Aires: Sociedad Kantiana, 1935.

SCHROETER, Gerard. Max Weber as Outsider: his Normal Influence on German Sociology in the Twenties. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v. 16, n. 4, 1980.

SEFCHOVICH, Sara. Los caminos de la sociología en el laberinto de la *Revista Mexicana de Sociología*. **Revista Mexicana de Sociología**, n. 1, 1989.

SHILS, Edward. Karl Mannheim. **American Scholar**, v. 64, n. 2, 1995.

SILVA-HERZOG, Jesús; SALAS, Mariano Picón; ECHAVARRÍA, José Medina, GAOS, José & LARREA, Juan. Lealtad del intelectual. **Cuadernos Americanos**. ano 3, n. 3, mayo-junio, 1944.

SPEIER, Hans. Review of Karl Mannheim's Ideology and Utopia. **State, Culture and Society**, v. 1, n. 3, 1937.

VILLAS BÔAS, Gláucia. Una geração de "mannheimianos". In: VILLAS BÔAS, Gláucia. **Mudança provocada. Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006a.

\_\_\_\_\_. Os portadores da síntese (sobre a recepção de Karl Mannheim). In: VILLAS BÔAS, Gláucia. **A recepção da sociologia alemã no Brasil**. Rio de Janeiro: TopBooks, 2006b.

WILSON, Charles. Review of Karl Mannheim's Ideology and Utopia. **American Sociological Review**, v. 1, n. 36, 1936.

WIRTH, Louis. Prefacio. In: MANNHEIM, Karl. **Ideología y Utopía**. México: FCE, 1993.

WOLFF, Kurt H. **From Karl Mannheim**. Nueva York: Oxford University Press, 1971.

ZABLUDOVSKY, Gina. La recepción de Weber en México (1939-1964). In: ZABLUDOVSKY, Gina. **Teoría y modernidad**. México: UNAM, 1998.

\_\_\_\_\_. La emigración republicana española y el pensamiento alemán en México: la traducción de Economía y sociedad. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, n. 3, 2002.